UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU

ANA PAULA CHEDID CAVALCANTI

Impacto da perícia na decisão sentencial trabalhista na área de saúde

BAURU
2015

ANA PAULA CHEDID CAVALCANTI

Impacto da perícia na decisão sentencial trabalhista na área de saúde

Dissertação apresentada a Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências no Programa de Ciências Odontológicas Aplicadas, na área de concentração Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Soares Orenha

Versão corrigida

BAURU
2015

C314i Cavalcanti, Ana Paula Chedid
Impacto da perícia na decisão sentencial
trabalhista na área de saúde / Ana Paula Chedid
Cavalcanti. – Bauru, 2015.
110 p. : il. ; 31cm.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de
Odontologia de Bauru. Universidade de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Eliel Soares Orenha

Nota: A versão original desta dissertação encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Odontologia de Bauru – FOB/USP.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação/tese, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

Assinatura:

Data:

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha família, por todo apoio e carinho.

O Mestrado não foi só um degrau em minha formação acadêmica, mas também contribuiu imensamente para meu crescimento pessoal, ampliando minha visão e despertando novos sonhos.

Dedico essa conquista a todos que tem carinho por mim, que me apoiaram com palavras, gestos e dedicação de tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Jesus por guiar minha vida com tanto amor, aperfeiçoando-me e lapidando-me, para que eu me torne melhor a cada dia.

Agradeço ao amor e dedicação de meus pais Roberto Bittencourt Cavalcanti e Rosa Ângela Chedid Cavalcanti e de minha irmã Adriana Chedid Cavalcanti, que sempre acreditaram em mim e no meu potencial, ajudando-me em todos os momentos com palavras de conforto e ânimo, tornando meu caminhar pela vida mais leve.

Ao Leonardo Perilo Zorzetto, meu noivo, por compreender meus sonhos e sempre me apoiar em minhas decisões.

Agradeço especialmente a paciência e apoio em todas as horas das minhas grandes amigas Chélida Roberta Soterroni Heitzmann, Claudinete Maria dos Santos e Fernanda de Matos Madrid, na qual exponho minha imensa admiração pessoal.

Aos grandes amigos que fiz no curso, destacando Marimárcio de Matos Corsino Petrúcio, Maria Fátima Soares Guedes e Melisa Patricia Rodriguez Montero, que foram meus companheiros em todos os momentos e nunca me negaram ajuda quando precisei. Vocês são muito especiais para mim!

Mas o grande responsável pela realização desse mestrado, pois graças à sua sugestão e incentivo, tirou-me da “zona de conforto” após muitos anos de vida clínica foi o Prof. Dr. Arsenio Sales Peres, a quem agradeço profundamente por todo carinho e credibilidade em minha pessoa.

Ao grande mestre Prof. Dr. Eliel Soares Orenha que, em pouco tempo, ensinou-me e contribuiu grandemente para minha formação acadêmica e pessoal. Obrigada pelo privilégio de sua orientação.

Obrigada a Capes pelo apoio financeiro para realização da pesquisa. Agradeço a todos que estiveram comigo nessa fase de minha vida. Obrigada!

“As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.”

Lev Semenovich Vygitsky

RESUMO

A perícia é uma ferramenta utilizada pelo sistema judiciário para que informações técnicas adicionais ou de melhor acurácia sejam apuradas e possam assim auxiliar na tomada de decisão sentencial. O presente estudo tem a proposta de analisar laudos de jurisprudências da justiça do trabalho visando determinar quão importante a perícia médica/odontológica tem sido para tomada de decisão pelo juiz. Trata-se de um estudo observacional, transversal, descritivo e analítico no qual foi realizado levantamento dos dados por meio de análise documental. Setenta e dois processos de ações trabalhistas foram avaliados e a seleção foi realizada eliminando-se as ementas repetidas e ações por dissídios coletivos resultando em 38 processos no período entre 1996 a 2014. As variáveis “DORT como consequência do dano” ($p=0,1723$), “Perícia do tipo médica/odontológica” ($p=0,1504$) e “Perícia do tipo Técnica” ($p=0,1975$) foram habilitadas para elaboração de modelo ajustado com emprego de regressão logística múltipla, método backward, com intervalo de confiança de 95%. As variáveis “Perícia do tipo Médica” ($OR= 14,5319$; $IC\ 95\%= 2,3263$ a $90,7780$) e “DORT como consequência do dano” ($OR= 7,8989$; $IC\ 95\%= 1,2755$ a $48,9151$) permaneceram no modelo ajustado final, revelando que a chance do juiz necessitar de perícia é 14 vezes maior quando esta é do tipo médica/odontológica e quando o dano sofrido envolve DORT, há 7,89 vezes mais chances de o juiz acatar a perícia. A análise do modelo ajustado com emprego da Curva ROC revelou ser muito boa sua capacidade preditiva ($AUC=0,8661$; $SE=0,06194$; $IC\ 95\%= 0,7163$ a $0,9545$). A perícia médica/odontológica possui alta relevância em ações trabalhistas, caracterizando-se como uma prova fundamental para a tomada de decisão pelos magistrados.

Palavras-chave: Acidente do trabalho. Doença do trabalho. Odontologia. Prova Pericial.

ABSTRACT

Expertise impact on labor sentence decision on health

Expertise is a tool used by the judiciary for additional technical information or better accuracy can be cleared and can be assist in making decision sentence. This study is the proposal to examine case law reports of the labor courts in order to determine how important the medical/dental expertise has been for decision making by the judge. This is an observational, cross-sectional, descriptive and analytical study that was conducted through the data of document analysis. Seventy-two cases of labor claims have been assessed and the selection was carried out eliminating the repeated menus and actions for collective bargaining resulting in 38 cases from 1996 to 2014. The variables "WRMD as a result of damage" ($p=0,1723$), "Medical/dental Expertise" ($p=0.1504$) and "Technical Expertise" ($p=0.1975$) were able to elaborate adjusted model with the use of multiple logistic regression, backward method, with 95% confidence interval. The variable "Medical Expertise" ($OR= 14,5319$; $IC\ 95\%= 2,3263$ to $90,7780$) and "WRMD as a result of damage" ($OR= 7,8989$; $IC\ 95\%= 1,2755$ to $48,9151$) remained in the final model adjusted, revealing that the chance of the judge require expertise is 14 times more than when it is the medical /dental type and when the damage suffered involves WRMD there is 7,89 times more chance to the judge accept expertise. The analysis of the adjusted model with use of ROC curve was found to be very good its predictive capacity ($AUC= 0,8661$; $SE= 0,06194$; $IC\ 95\%= 0,7163$ to $0,9545$). The medical/dental expertise is of high relevance to labor actions, characterized as a essential proof for decision making by judges.

Keywords: Accidents, Occupational. Occupational Diseases. Dentistry. Expert Testimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURAS

Figura 1 -	Seleção da Amostra.....	73
------------	-------------------------	----

- GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição dos processos trabalhistas de acordo com o TRT	74
Gráfico 2	Distribuição dos requerentes de acordo com sua classe profissional baseado na tabela de profissões CNAE	74
Gráfico 3	Natureza da reparação exigida pelos reclamantes	75
Gráfico 4	Frequência do tipo de reparação exigida pelos reclamantes	75
Gráfico 5	Número de pessoas e sua relação com o tipo de dano reclamado no processo	76
Gráfico 6	Distribuição percentual de indenizações segundo a área profissional	76
Gráfico 7	Distribuição do número de ações trabalhistas segundo a área Profissional e região	77
Gráfico 8	Distribuição do tipo de fato danoso segundo a região	77
Gráfico 9	Realização de perícias em relação ao dano sofrido	78
Gráfico 10	Prognóstico da capacidade laborativa x indenização	79
Gráfico 11	Limitação da capacidade laborativa x indenização	79
Gráfico 12	Distribuição dos tipos de perícia pelas regiões brasileiras	80
Gráfico 13	Distribuição do número de perícias realizadas de acordo com a região	81
Gráfico 14	Distribuição do número de perícias acatadas pelo juiz de acordo com a região	81
Gráfico 15	Relação entre o resultado da perícia a favor do reclamante e indenização	82
Gráfico 16	Curva ROC para análise da capacidade preditiva do modelo de De regressão logística. Variável dependente “Perícia acatada pelo juiz”	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - TRT de cada Estado, por região.....	68
Tabela 2 - Associação da variável “Perícia acatada pelo Juiz” com variáveis independentes.....	83
Tabela 3 - Modelo ajustado de regressão logística múltipla com variável dependente “Perícia acatada pelo juiz”	84

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CPC	Código de Processo Civil
CIPA	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
DORT	Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho
EC	Emenda Constitucional
LER	Lesões por esforços repetitivos
NR	Normas Regulamentadoras
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
THD	Técnico em Higiene Dental
ASB	Auxiliar de Saúde Bucal
nº	Número
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
CFM	Conselho Federal de Medicina
EPI	Equipamento de Proteção Individual
Art.	Artigo
DF	Distrito Federal
TO	Tocantins
PPRA	Programa de prevenção de riscos ambientais
AUC	Area Under the Curve
SE	Sensibilidade
IC	Intervalo de Confiança
ROC	Receiver Operator Characteristic Curve

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1 HISTÓRICO	23
2.2 JUSTIÇA DO TRABALHO	25
2.3 OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR E DO TRABALHADOR.....	26
2.4 CULPA X RESPONSABILIDADE	30
2.5 RESPONSABILIDADE CIVIL	32
2.6 ACIDENTE DE TRABALHO	34
2.6.1 INCAPACIDADE PARA O TRABALHO.....	36
2.6.2 INDENIZAÇÃO.....	38
2.7 PERÍCIA	39
2.7.1 PAPEL DO JUIZ.....	41
2.7.2 ESCOLHA DO PERITO.....	43
2.7.3 PERITO: LIMITAÇÕES E RESPONSABILIDADES	45
2.7.4 HONORÁRIOS PERICIAIS	47
2.7.5 TIPOS DE PÉRICIA.....	51
2.7.6 ASSISTENTE TÉCNICO	54
2.7.7 LAUDO PERICIAL: ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E PRAZOS	55
2.7.8 PARTES DO LAUDO PERICIAL	57
2.7.9 CRONOLOGIA PERICIAL.....	58
3 PROPOSIÇÃO	61
4 MATERIAL E MÉTODOS	65
4.1 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	67
4.2 OBTENÇÃO, TRATAMENTO E ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS.....	69
5 RESULTADOS	71
6 DISCUSSÃO	85
7 CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	105
APÊNDICE A - Lista dos números dos processos da amostra.....	107
APÊNDICE B - Regressão Logística.....	108
APÊNDICE C - Curva ROC.....	109

1 Introdução

1 INTRODUÇÃO

A globalização da economia e o aumento da competitividade mundial exigem crescimento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos e serviços. Para alcançar estes objetivos são impostas metas que devem ser atingidas e superadas, obedecendo a um processo de retroalimentação contínuo, mas que não raro acarreta em aumento de riscos à saúde dos trabalhadores e na prevalência de acidentes e distúrbios relacionados ao trabalho. Este contexto cria condições favoráveis para o aumento de ações judiciais nas quais os trabalhadores requerem indenização em razão do comprometimento de sua saúde e capacidade para o trabalho.

A legislação trabalhista estabelece os direitos e as obrigações dos funcionários e dos seus empregadores (BRASIL, 1943). Se forem transgredidas, instauram-se as lides trabalhistas, que tem como papel de mediador e julgador a figura do juiz. O magistrado fica então encarregado da solução desses conflitos e para tal, se baseia nas provas oferecidas, aplicando leis e princípios, agindo sempre de forma imparcial e justa (SILVA, LIMA, LORENZO, 2011).

De acordo com Prunes (1995), em um processo, o juiz tem a sua disposição vários tipos de provas: confissão das partes, testemunhal, instrumental, conjectural ou de presunções, pericial e inspeção judicial. O embasamento da decisão do Magistrado pode vir por qualquer um dos meios acima citados, sendo seu trabalho intelectual pesar e estimar as provas oferecidas.

A necessidade de prova está intimamente ligada com a dúvida, eis que afirma-se com sólidas raízes históricas, o que é notório não necessita ser provado e que não há a necessidade de prova porque o fato está evidente, podendo o julgador - certo do conhecimento – proclamar a incidência da norma jurídica conseqüente a este fato (PRUNES, 1995).

Nos casos em que a verificação dos fatos exige uma investigação minuciosa das causas e consequências, nem sempre o juiz, por mais culto que seja, detém conhecimentos técnicos especiais necessários para averiguar a questão, logo, a verificação e apreciação dos fatos far-se-á por meio da perícia (SANTOS, 2000).

“O perito interpreta, pois, o que o juiz não sabe interpretar” (PRUNES, 1995).

Na justiça do Trabalho as perícias mais usuais são realizadas por médicos ou engenheiros, para casos de insalubridade e periculosidade ou por contadores para levantamentos financeiros, verificação de hora extra e folha de pagamento (PRUNES, 1995). O trabalho pericial exige do perito honestidade, fidelidade e exatidão aos fatos apresentados, além de sua imparcialidade sobre o caso.

A função pericial requer duas condições ao perito oficial: preparação técnica e moralidade. Não se pode ser bom perito se falta uma destas condições. O dever de um perito é dizer a verdade; no entanto, para isso é necessário: primeiro saber encontrá-la e, depois querer dizê-la. O primeiro é um problema científico, o segundo é um problema moral (ROJAS, 1950).

O laudo pericial visa fornecer ao poder judiciário informações técnicas sobre os fatos ocorridos e que se tornaram objeto de litígio, de forma a esclarecer com detalhes as dúvidas e questionamentos levantados pelas partes, que serão posteriormente apreciados pelo juiz na tomada de decisão (SILVA, 2010).

Com a intenção de fornecer conhecimentos específicos à disposição do Magistrado, trazendo a verdade sobre os fatos, o laudo pode ter influência na resolução do processo judicial caso o mesmo seja usado na formulação da sentença.

No entanto, embora seja reconhecida a importância do mesmo para embasar as decisões judiciais, pouco se conhece em relação à acurácia, à sua proporcionalidade e se a sua convicção está condicionada à sentença impetrada pelo

juiz. Isto decorre principalmente em razão dos processos trabalhistas serem sigilosos e de difícil acesso. Por isso enfrentamos dificuldades em reunir dados e contar com literatura especializada que possa nortear o processo de análise, reflexão e conclusão, especialmente no que se refere ao impacto causado pelos laudos periciais nas decisões judiciais, em especial em ações trabalhistas na área da saúde/odontologia, verificando se a convicção do juiz estaria condicionada a ele.

Assim, este estudo teve por objetivo realizar uma revisão analítica sistematizada de jurisprudências em décadas recentes, disponíveis em sites específicos da Justiça do Trabalho, visando descrever e analisar a importância da atuação do perito nos casos de perícia médica/odontológica.

2 Revisão de Literatura

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Histórico

O objetivo do direito é assegurar a justiça e as relações humanas. A demanda por justiça tem sido uma realidade cada vez mais presente no Brasil e ela vem aumentando a cada dia em decorrência das mudanças no universo laborativo, que se agravam com a precarização do trabalho humano, fenômeno existente em quase todo o mundo e intensificado nas economias emergentes, como é o caso do nosso país (MELO, 2006). Além da instabilidade econômica e financeira e a distribuição de renda desigual, há reivindicações de direitos e deveres do cidadão, das empresas e das instituições perante o Estado, exigindo cada vez mais a ação competente do perito como auxiliar da justiça.

Observam-se indícios de perícia desde o início da civilização, entre os homens primitivos, quando o líder desempenhava todos os papéis: de juiz, de legislador e de executor. Um dos registros mais antigos é datado do século II com a análise do papiro Abbott. Nele já podemos perceber características das perícias, tais como: formalidade e o endereçamento a autoridades, a descrição do ocorrido, o relato de testemunhas e o recebimento do documento pela autoridade. Em sua origem os papéis de perito e juiz estão interligados, sendo que o exame judicial precedeu a perícia (PEREIRA, 2013).

A perícia tem também vestígios na antiga civilização do Egito, como no caso de Sesortis, que dividiu a terra por sorteio a seus súditos em troca de tributos. Quando o rio submergia parte da área de algum súdito, inspetores auxiliavam o rei nas medições e remarcações para diminuição de pagamento de impostos dessas pessoas lesadas (SILVA, 2010).

Além do Egito, também se encontraram vestígios de perícia nos antigos registros da Grécia, com o surgimento das instituições jurídicas e já naquela época se recorria aos conhecimentos de pessoas especializadas. Em Atenas, por exemplo, existia um acusador que era responsável pela produção das provas, mas a condenação era por voto popular (ALMEIDA JUNIOR, 1959).

Porém, a figura do perito, ainda que associada a árbitro, ficou definida no Direito Romano primitivo, no qual o laudo deste constituía a própria sentença, visto que o mesmo ia pessoalmente no local e examinava as provas (SILVA, 2010).

Em Roma, com a queda da monarquia e após instaurar a república, a utilização da perícia como meio de prova no processo romano foi consagrada (PEREIRA, 2013). Entretanto, após a queda do Império Romano do Ocidente e invasão de outros povos foram adotados diferentes sistemas jurídicos, porém, em regra, um membro da realeza presidia a assembléia e o ônus da prova recaía sobre o réu.

A partir do século XV, já na era pré - moderna, a França proibiu o ensinamento do Direito Romano no intuito de fortalecer a monarquia francesa. A chamada “Ordenança de Blois” contém em seu texto que o valor das coisas seria decidido por peritos e não por testemunhas e uma associação de peritos oficiais foi formada, que serviam como auxiliares técnicos dos juízes franceses. Isso teve curta duração por falta de profissionais habilitados. Somente no reinado de Luís XIV, o ensino do direito romano regressou como disciplina no país (PEREIRA, 2013).

Após a Revolução Industrial, uma nova concepção de direito surgiu e trouxe conceitos de liberdade e igualdade. A obra “Dos Delitos e das Penas” de Cesare Bonesana Beccaria, escrito em 1763 e publicado em 1764, tratava da objetividade do juiz e seu papel na busca da verdade para aplicação das penas, evidenciando assim a importância da ciência nesse contexto (BECCARIA, 2000).

No Brasil, um exemplo muito interessante das ações dos peritos foi retratado posteriormente por Mário de Andrade em seu poema “Moda da Cama de Gonçalo Pires”, na qual o empréstimo de uma cama resultou em desavença, pois o dono disse que ela não se encontrava como havia encaminhado, necessitando de avaliação pericial (SILVA, 2010).

Foi através do decreto nº 1740 de 1854 que houve a regulamentação da atividade médico-pericial e através da Secretaria de Política da Corte criou-se a “Assessoria Médico – Legal” cuja função era realizar os exames necessários em caso de crimes e fatos suspeitos (FRANÇA, 2012).

Na época, o deputado vigente Rui Barbosa propôs que a Medicina Legal fosse incluída nos cursos de Direito e isso aconteceu a partir de 1891.

2.2 Justiça do Trabalho

É de competência da Justiça do Trabalho indenizar por danos decorrentes da relação de emprego, descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores. Isso ficou definido através da EC-45/04 (BRASIL, 2004) em seu art. 114, inciso VI, que à Justiça do Trabalho compete processar e julgar as ações de indenização por dano moral e patrimonial, decorrentes das relações de trabalho.

Até o advento da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), os Tribunais Superiores, assim como a doutrina majoritária, entendiam que a competência para julgar indenizações decorrentes de acidentes de trabalho era da Justiça Estadual e que essa indenização era de natureza civil, com prescrição de 20 anos, fixada no art. 177 do Código Civil de 1916.

Como persistia essa idéia, foi necessária então a intervenção do Supremo Tribunal Federal, que julgando em 2005 o Conflito de Competência nº 7.204-1, de Minas Gerais, cujo Relator foi o Ministro Carlos Britto, reafirmou que não era mais a Justiça Comum quem deveria julgar ações dessa natureza. Especialmente no sentido de ampliar as suas atribuições, retirando assuntos antes atribuídos para as Justiças Comuns Estaduais e Federais, essa Emenda surgiu e permitiu o julgamento em casos de acidente de trabalho cujas ações teriam indenização por danos morais e patrimoniais.

A questão, aliás, encontra-se atualmente pacificada na Súmula nº 392 do Tribunal Superior do Trabalho, que com a nova redação afirma que a Justiça do Trabalho é competente para “Processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas” (ROBINSON, 2009).

Segundo Araújo (2015?), “O regime trabalhista, ao adotar estratégias de proteção à saúde do trabalhador, institui mecanismos de monitoração dos

indivíduos visando identificar ou evitar precocemente agravos a sua saúde, quando produzidos ou desencadeados pelo exercício do trabalho”.

2.3 Obrigações do empregador e do trabalhador

Quando o empregador, com relação aos riscos do trabalho, deixou de agir (omissão) ou agiu de forma negligente ou imprudente, sua conduta é dita culposa. Quando o dano resulta de ação ou omissão intencional, porque o agente quer o resultado ou aceita o risco de produzi-lo o ato é denominado dolo e sua conduta, dolosa (BRANDIMILLER, 1996).

De acordo com a Consolidação das leis do trabalho (CLT), em seu art. 157 (BRASIL, 1943), cabe às empresas:

- I - Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- II - Instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
- III - Adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;
- IV - Facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.

Ao empregador não é interessante que seu funcionário tenha risco no trabalho e muito menos a sua materialização em danos a saúde (FURLAN, 2007).

De acordo com a NR 1 da CLT (BRASIL, 1943): "O empregador tem a obrigação de adotar medidas para eliminar ou neutralizar a insalubridade e as condições inseguras de trabalho”.

Estabelece-se assim a relação de cuidado entre o empregador e o empregado. O empregador, portador da tutela do patrimônio físico do empregado, conferido através do contrato de trabalho, possui a obrigação de proteger seu funcionário dos riscos inerentes ao trabalho.

Como a empregadora supervisiona e coordena a prestação de serviços, quando existir algum fato fora do padrão de suas normativas, é sua a função de corrigir, pois, em casos de doença ocupacional, que o empregado contraiu no trabalho, pode-se concluir que não foram observadas as normas de segurança e proteção à saúde do trabalhador, incorrendo o empregador em culpa, pois ele tem o dever jurídico de agir.

É também culpa do empregador, a sua inércia diante da patologia desenvolvida pelo trabalhador e a sua omissão em proteger a integridade de seu funcionário no seu local de trabalho. E se assim não o faz, descumpre as Normas Regulamentadoras NR-17 (análise ergonômica do trabalho), NR-4 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) ou NR-5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), todas aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08.06.1978, e ainda as normas previstas na CLT (art. 157 e art. 162 a 166) relativas à segurança e Medicina do trabalho nas empresas e, por fim, o art. 19, § 1º, da Lei 8213/91 que preconiza a adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador (BRASIL, 1943).

A luz da regra contida no art. 166 da CLT é necessário também orientar sobre o uso, guarda e conservação deles, senão este incorre em culpa na modalidade negligência porque não forneceu ou fiscalizou o uso correto dos EPI's pelo empregado.

Art. 166 - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados (BRASIL, 1943).

O empregador pode prevenir o dano ao seu funcionário através do seu conhecimento da existência do risco em sua empresa e assim, adotar medidas preventivas. Ele será considerado culpado quando deixou de adotar medidas preventivas (omissão) e quando adotou medidas inadequadas, insuficientes ou ineficientes para evitar o dano. O empregador deve ainda informar aos empregados sobre os riscos, o meio de prevení-los, os resultados dos exames médicos e dos levantamentos ambientais, sendo que de acordo com art. 168 da CLT, o exame médico é obrigatório ser por conta do empregador (BRASIL, 1943).

Com efeito, em muitas ocasiões, as normas legais simplesmente apontam diretrizes gerais para a conduta patronal, tais como: adotar precauções no sentido de evitar acidentes; reduzir até eliminar os riscos existentes no local de trabalho; promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção dos acidentes; identificar situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores; prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho; elaboração de programa visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através de antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho (OLIVEIRA, 2002).

É também considerado um comportamento negligente o fato do empregador se recusar a emitir a CAT (Comunicação de acidente de trabalho), mesmo havendo comprovação da doença ocupacional do empregado.

De acordo com o Art. 169 da CLT:

Será obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho (BRASIL, 1943).

A prova converge para a existência da responsabilidade do empregador diante da presença dos seguintes pressupostos: omissão do agente; negligência, imprudência ou imperícia; relação de causalidade entre a omissão e o dano experimentado pela vítima e, por fim, o dano ou prejuízo propriamente dito. A CLT, em seu art. 162 afirma que as empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho e cita em seu art. 163 que é obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), em conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, que regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento delas (BRASIL, 1943).

É necessário que o empregador cumpra a legislação e treine seus funcionários. Porém, o trabalhador é co-responsável na prevenção de infortúnios. Ele tem que ter conhecimento sobre os riscos do ambiente, usar o equipamento de proteção individual apropriado e obedecer às normas de segurança ocupacional de sua empresa.

Tanto o empregador quanto o empregado possuem obrigações em relação à proteção contra os riscos profissionais. De acordo com a Norma Regulamentadora 6 (BRASIL, 1943):

- Cabe ao empregador quanto ao EPI:
 - a) Adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
 - b) Exigir seu uso;
 - c) Fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
 - d) Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado guarda e conservação;
 - e) Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
 - f) Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e, comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.

O empregado, por sua vez, pode ser punido em virtude da inobservância das instruções expedidas pelo empregador, assim como pela recusa ao uso dos equipamentos de proteção individual (art. 158, parágrafo único, da CLT – BRASIL, 1943).

E de acordo com a mesma Norma Regulamentadora 6 (BRASIL, 1943):

- Cabe ao empregado quanto ao EPI:
 - a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
 - b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
 - c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
 - d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

2.4 Culpa X Responsabilidade

Muitas vezes, apesar do empregador propiciar um ambiente saudável de trabalho, afastando elementos geradores de acidentes, doenças laborais e fiscalizando a utilização dos equipamentos de proteção individual usados pelos seus empregados, saberemos se essa vigilância adotada pelo empregador não foi bem sucedida ou fracassou por completo, quando há o desenvolvimento de doença laboral ou acidente de trabalho envolvendo os mesmos. Como se verifica, qualquer descuido ou negligência do empregador com relação à segurança, higiene e saúde do trabalhador pode caracterizar a sua culpa nos acidentes ou doenças ocupacionais e ensejar o pagamento de indenizações à vítima (OLIVEIRA, 2009).

Incumbe à empresa fazer a prova da inexistência de sua culpa quando constatada a doença ocupacional. Independente da teoria da culpa por responsabilidade objetiva ou subjetiva é certo que o empregador é responsável pelo meio ambiente do trabalho, tendo a obrigação constitucional de zelar pela higidez e segurança no local de trabalho. Há a teoria da culpa presumida, que reconhece a responsabilidade do empregador, embora permita que dela se afaste se demonstrar haver adotado todas as providências no sentido de evitar que o dano ocorresse (OLIVEIRA, 2009).

A constatação da culpa resultará de um processo comparativo do comportamento do empregador que acarretou o infortúnio, com a conduta esperada de uma empresa que zela adequadamente pela segurança e saúde do trabalhador. A culpa, portanto, será aferida no caso concreto, avaliando-se se o empregador poderia e deveria ter adotado outra conduta que teria evitado a doença ou o acidente. Formula-se a seguinte indagação: um empregador diligente, cuidadoso, teria agido de forma diferente? Se a resposta for sim estará caracterizada a culpa patronal, porque de alguma forma pode ser apontada determinada ação ou omissão da empresa, que se enquadra no conceito de imprudência, imperícia ou negligência (OLIVEIRA, 2009).

É importante analisar alguns elementos caracterizadores do infortúnio do trabalho:

- Causalidade: O acidente é um evento que ocorre por acaso. Ele não é provocado;
- Nocividade: se o acidente acarretar lesão corporal ou perturbação física;
- Incapacitação: o trabalhador fica incapacitado de trabalhar e há perda de salário;
- Nexo etiológico: Relação entre trabalho e lesão pessoal (SALLUM, 2009).

Para que haja infortúnio do trabalho, tem que haver causalidade, ou seja, o acidente do trabalho tem que ocorrer quando o profissional está a serviço da empresa. O perito é responsável por dizer se há nexos de causalidade entre o acidente ou doença com o trabalho realizado. Há doenças profissionais em que esse nexo é presumido, sendo imprescindível verificar a relação entre lesão e incapacidade.

A preocupação com os riscos ao trabalho em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição e sua capacidade de causar danos à saúde do trabalhador está exposta na NR - 9 e sobre riscos ergonômicos e acidentes no anexo IV da NR – 5 (BRASIL, 1943).

Os principais riscos ambientais englobam agentes químicos, físicos e biológicos e após análise dos fatores ocupacionais, deve-se criar um programa de prevenção dos riscos adequados a necessidade de cada empresa (MAZZILLI, 2007).

Os riscos ambientais são representados pela exposição a determinadas condições ambientais, de natureza física (ruído, calor, frio, vibrações, radiações, pressões atmosféricas), de natureza química (diferentes substâncias com efeitos nocivos para o organismo humano) e de natureza biológica (diferentes agentes infecciosos). Os riscos à saúde decorrentes de condições do trabalho abrangem fatores biomecânicos (posturas, esforços, movimentos), exigências psicofísicas do trabalho (atenção, memória, raciocínio) e ainda características próprias do tipo de trabalho: ritmo de trabalho, rigidez ou flexibilidade do modo operatório, trabalho monótono e repetitivo (BRANDIMILLER, 1996).

Algumas reclamações judiciais requerem a avaliação pericial dos riscos ambientais, pois reivindicam adicionais de periculosidade ou insalubridade. Para tal, é importante fazer considerações a respeito da história ocupacional do periciando, investigando e identificando o tipo de risco que o mesmo teve contato.

No caso específico de reintegração ao emprego, o objeto de estudo pericial é o dano físico e a atividade pericial é o exame da pessoa. Tem-se, desse modo, a finalidade de avaliar a incapacidade.

Os seguintes procedimentos periciais são necessários:

- o diagnóstico (identificar a lesão ou alteração funcional);
- avaliação da perda funcional (e a consequência na atividade laboral);
- avaliação da compatibilidade etiológica entre a lesão e a causa alegada;
- classificação das lesões e reduções funcionais de acordo com a legislação (BRANDIMILLER, 1996).

2.5 Responsabilidade Civil

Nos termos do artigo 186 do Código Civil de 2002, "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Do dispositivo supra transcrito extraem-se como pressupostos da responsabilidade civil a conduta humana (ação ou omissão); culpa ou dolo do agente; relação de causalidade, e o dano experimentado pela vítima (BRASIL, 2002).

Por sua vez, o art. 927 expressa que "Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem" (BRASIL, 2002).

A definição de responsabilidade civil e sua natureza foram explicadas por Couto (2011):

Responsabilidade Civil é a consequência fundamental do ato ilícito, na qual existe a obrigação de reparar. Ela pode ser objetiva ou subjetiva. A objetiva é a obrigação de reparar o dano independente da ocorrência de culpa; já a subjetiva, exige o descumprimento legal e dano e depende da ocorrência de culpa entre o agente e a lesão. O ato ilícito é fonte de obrigação, pois gera o dever de reparar o

dano. Tal norma disciplina a responsabilidade subjetiva, denominada extracontratual. E quando falamos em responsabilidade civil subjetiva devemos acrescentar um quarto elemento: o dolo ou a culpa do agente.

Contudo, existe um tipo de responsabilidade civil, a objetiva, onde não é necessário sequer caracterizar a culpa. O dever de indenizar surge apenas do elo entre o dano e a conduta do agente.

A responsabilidade civil, que justifica a possível reparação por danos causados, para ser caracterizada necessita da ocorrência de três elementos indispensáveis: conduta (ação ou omissão), dano e o elo entre os dois anteriores (nexo causal). Por conseguinte, o acidente de trabalho pode, sim, em determinados casos, ocasionar a obrigação do empregador em indenizar o empregado pelos danos sofridos, desde que presentes os elementos da responsabilidade civil anteriormente referidos (BRASIL, 2014).

Quando ao empregador, faltou diligência em prevenir acidentes de trabalho ou doença ocupacional, haverá sanções legais. Na maioria das lides trabalhistas de responsabilidade civil do empregador em matéria de saúde e segurança ocupacional, é necessária a perícia especializada (SALLUM, 2009).

A correta confecção de prontuário relatando a saúde do trabalhador é muito importante nas perícias ocupacionais em investigações periciais indiretas dos infortúnios do trabalho. Caso o empregador não junte aos autos os atestados de saúde ocupacionais e os respectivos exames médicos admissional, periódico, de mudança de função, de retorno ao trabalho e demissional que prove a culpa exclusiva do reclamante, não afasta a sua culpa concorrente na apuração do nexo causal do acidente, sendo a indenização devida quando houver a prova de dolo ou culpa, excetuada a hipótese de atividades de risco acentuado, em que a responsabilidade é objetiva.

Midorikawa (2000) relata que o prontuário do trabalhador deve ser bem completo, contendo informações desde o momento de sua entrada na empresa até sua saída.

Se a doença do funcionário não é percebida e relatada no exame admissional, o aparecimento da queixa posteriormente recairá como responsabilidade do empregador do momento. Esse fato costuma acarretar sérios

problemas laborais e securitários para empresas, microempresas e/ou empregadores (VANRELL, 2002).

Prevenir acidentes de trabalho é fundamental para se evitar incapacidades físicas e sofrimento das pessoas, além de ter impacto sobre a produtividade, pois há perda de dias de trabalho (SANTANA, 1999).

2.6 Acidente de Trabalho

A Lei 8213 de 24 de julho de 1991, em seu art. 19, define como acidente do trabalho o que ocorre pelo exercício do labor a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho e no seu art. 20 cita a diferença entre doença profissional de doença do trabalho:

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

- a) a doença degenerativa;
- b) a inerente a grupo etário;
- c) a que não produza incapacidade laborativa (BRASIL, 1991).

Funcionários em viagem a serviço da empresa ou no percurso da residência para o local de trabalho ou ainda no período destinado a refeição ou

descanso é considerado, perante o artigo 21 da lei nº 8213, no exercício de seu trabalho (BRASIL, 1991).

Martins (1999) afirma que se não existir a relação de causa-efeito entre o acidente e o trabalho, mesmo que haja lesão, sendo que essa não cause incapacidade para o trabalho, não poderá se falar em acidente de trabalho.

Já o art. 22, dessa mesma lei, afirma que:

Art. 22. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo (BRASIL, 1991).

Do ponto de vista da legislação previdenciária, havendo relação com o trabalho, a doença é considerada ocupacional, mesmo que existam fatores concomitantes que não sejam relacionados à atividade laboral.

De acordo com a classificação proposta por Schilling, as doenças do trabalho são divididas em 3 categorias:

- Grupo I: doença em que o trabalho é causa necessária. (se não trabalhasse naquilo, não ficaria doente);
- Grupo II: doença em que o trabalho é um fator de risco contributivo, mas não necessário. (doenças mais freqüentes em determinados grupos populacionais);
- Grupo III: o trabalho provoca um distúrbio latente, ou agrava uma condição pré-existente (SCHILLING, 1984).

Em casos onde o empregador exige labor excessivo (sobrecarga de trabalho) e não concede os intervalos obrigatórios de descanso evidencia a culpa do mesmo na deflagração de LER (Lesão por Esforço Repetitivo) no empregado.

Pela legislação brasileira, os acidentes de trabalho são notificados mediante a comunicação de acidente de trabalho (CAT) que representa o registro e o reconhecimento oficial do mesmo. São notificados através da CAT os acidentes ocorridos durante o horário de trabalho, os de trajeto e as doenças profissionais. Ela deve ser emitida pela empresa a qual o trabalhador está vinculado e caso a empresa se recuse a emití-la, isso pode ser feito pelos serviços de saúde, sindicatos ou pelo próprio trabalhador (WÜNSCH FILHO, 1999).

2.6.1 Incapacidade para o trabalho

Incapacidade segundo a OMS é “qualquer redução ou falta da capacidade para realizar uma atividade de maneira que seja normal para o ser humano, ou que esteja dentro do espectro considerado normal” (WHO, 2001).

O conceito de incapacidade deve ser analisado quanto ao grau, a duração e a profissão desempenhada. De acordo com o grau, a incapacidade pode ser total ou parcial e quanto à duração, ela pode ser classificada em temporária ou permanente.

Essas definições e tipos de incapacidades são exemplificadas pelo Ministério da Previdência Social na Seção IV, sobre acidentes do trabalho:

- Temporária: O segurado fica por um período sem poder exercer sua atividade laborativa e se espera recuperação dentro de prazo previsível;
- Permanente: Independente do recurso terapêutico ou reabilitação disponível para tratamento ele será considerado permanentemente incapacitado para o exercício laboral;

-
- Parcial: O acidentado mesmo após o devido tratamento psicofísico-social apresenta sequela definitiva que implique em redução da capacidade laboral, mas ainda permite o desempenho da atividade sem risco de vida ou agravamento da doença.
 - Total: Apresenta incapacidade permanente e total para o exercício de qualquer atividade laborativa (BRASIL, 2010).

Quando há incapacidade temporária, os primeiros 30 dias consecutivos ao afastamento da atividade caberá à empresa pagar ao empregado o seu salário integral. Após este período, o segurado deverá ser encaminhado à perícia médica da Previdência Social para requerimento do auxílio-doença (BRASIL, 2010).

Nos casos de incapacidade total, normalmente é concedido o benefício de aposentadoria por invalidez em casos de acidente de trabalho. Essa impossibilidade do funcionário permanecer no trabalho é explicada por não conseguir atingir a média de rendimento alcançada em condições normais, comparadas com trabalhadores da mesma categoria.

Segundo a Lei n°. 8.213/91 existem três situações de incapacidade parcial permanente, que são a redução da capacidade laborativa que:

- Exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional. Neste caso é previsto auxílio-acidente de 30%;
- Impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade, após reabilitação profissional. Neste caso é previsto o auxílio-acidente de 40%;
- Impeça por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional. Neste caso está previsto o adicional de 60% (BRASIL, 1991).

A incapacidade para a função decorre principalmente (mas não exclusivamente) da impossibilidade (total ou parcial) de executar as operações e atividades próprias da função. Existem outros critérios para avaliar a incapacidade laborativa tais como:

- a) o risco de agravamento da lesão;
- b) a existência de incapacidade latente ou potencial;
- c) o acesso do acidentado ao mercado de trabalho;
- d) a idade e o grau de instrução do acidentado;
- e) a viabilidade da locomoção no trajeto entre a residência e o trabalho;
- f) o prejuízo estético;
- g) a permanência do acidentado na função (SALLUM, 2009).

Ao avaliar a incapacidade laborativa do trabalhador; se houver o risco de agravamento da lesão, deverá o trabalhador ser transferido para uma atividade que não requer o uso do órgão humano já acometido por lesão. O acesso do acidentado ao mercado de trabalho pode ser prejudicado, por exemplo, por deficiências estéticas aparentes e esse trabalhador ter suas possibilidades de progressão profissional em funções laborativas, de diferentes níveis de complexidade, limitadas (SALLUM, 2009).

2.6.2 Indenização

O deferimento da indenização depende da existência do nexo causal entre o fato e a lesão de que foi acometida a reclamante, bem ainda da culpa da empregadora, oriunda da não observância de normas técnicas de segurança e de saúde do trabalhador. Se o pedido de indenização por danos morais e materiais tem fundamento na ocorrência de suposta doença ocupacional, o deferimento de tais verbas depende de nexo causal objetivo. Portanto, é indispensável que a moléstia tenha origem nas atividades desempenhadas na empresa reclamada para que se estabeleça a relação de culpa ou mesmo dolo na conduta ilícita comissiva ou omissiva do empregador a justificar o pagamento de verba reparadora (MARCELLO LIMA SOCIEDADE E ADVOGADOS, [201-?]).

A obrigação de indenizar decorrente da aplicação da concessão clássica da teoria da responsabilidade civil subjetiva exige a congruência de três elementos: o dano (acidente ou doença), o nexo de causalidade entre este e as atividades laborais do empregado e a culpa do empregador. Restando provado

que o evento danoso ocorreu por culpa exclusiva da vítima, não há como se imputar a reclamada o dever de indenizá-la (MARCELLO LIMA SOCIEDADE E ADVOGADOS, [201-?]).

A indenização pelo dano material visa assegurar à vítima o mesmo padrão remuneratório que receberia caso o infortúnio não tivesse ocorrido, não possuindo tal condenação, portanto, caráter punitivo ou pedagógico (COUTO, 2011).

Já o dano emergente é definido por Oliveira (2009) como correspondente ao prejuízo imediato e mensurável, equivalente a perda efetivamente sofrida, como por exemplo, despesas hospitalares, medicamentos e honorários médicos.

É devida a indenização por dano moral quando toda a prova converge para a existência da responsabilidade do empregador sendo necessária à configuração da prática de ato ilícito, decorrente de ação ou omissão, culpa do agente resultante de negligência, imperícia ou imprudência (elemento subjetivo) e ocorrência de um dano. Comprovada a omissão culposa do empregador, que deixou de adotar as medidas necessárias a garantir a integridade física e mental do seu empregado, exsurge a sua responsabilidade civil de indenizar o obreiro pelo dano moral. A dor moral inscreve-se na esfera mais íntima de cada indivíduo, não sendo, em regra, passível de verificação empírica ou de mensuração – razão pela qual costuma ser presumida, se comprovada à prática de ato ilícito capaz de gerar violação aos direitos da personalidade (MARCELLO LIMA SOCIEDADE E ADVOGADOS, [201-?]).

O dano estético se caracteriza pela ofensa direta à integridade física da pessoa humana, comprometendo ou alterando a harmonia física da vítima (OLIVEIRA, 2009).

2.7 Perícia

Etimologicamente o termo vem do latim *peritia*, que em seu sentido próprio significa conhecimento, habilidade, saber.

Em linguagem jurídica, perito é conhecido por louvado, pessoa nomeada pelo juiz ou escolhida pelas partes (SILVA, 1987).

“Perícia é uma pesquisa que exige conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos” (TORNAGHI, 1978).

Já para Bueno Neto e Bueno (1995) o conceito de perícia é: “Toda operação ordenada por autoridade judiciária ou policial, que se destina a ministrar esclarecimentos a Justiça”.

Vanrell (2002) conceituou perícia como: “Procedimento especial de constatação, prova ou demonstração científica ou técnica, relacionado com a veracidade de uma situação ou análise”.

A perícia é regulamentada pelo Código de Processo Penal (art. 158 e 184) quando o fato for relacionado à área criminal (BRASIL, 1941) e do artigo 420 ao 440, do Código de Processo Civil, quando a pendência tratar de aspectos civis (BRASIL, 1973).

De acordo com o Código de processo civil, seção VII, art. 420, a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação (BRASIL, 1973).

“Ganha a prova pericial relevado destaque quando há no processo fatos cuja percepção ou apreciação dependam de conhecimentos técnicos especializados, não exigíveis do juiz nem das partes” (SANTOS, 1988).

O principal objetivo da perícia é colocar conhecimentos técnicos específicos a disposição do magistrado. São características das perícias o aspecto descritivo, atestatório e objetivo (SANTANA, 1999).

A perícia não se limita a identificar as consequências de um fato, mas também avaliar as medidas de prevenção que poderiam ter sido tomadas e sua viabilidade de aplicação apurando a responsabilidade dos envolvidos no contexto do ambiente produtivo. Cabe ao perito demonstrar técnica e cientificamente a relação entre o trabalho e o dano e concluir se a pessoa após um acidente de trabalho ou doença profissional ou do trabalho está apta a exercer a atividade laboral ou não (SALLUM, 2009).

2.7.1 Papel do juiz

Os juízes, sabendo de suas limitações, têm o direito de nomear pessoas de sua confiança, especialistas em áreas específicas, que são denominados peritos, cuja função é oferecê-los meios de prova para que estes possam julgar com maior acuidade, auxiliando-os na avaliação de determinado assunto sob o ângulo eminentemente técnico, na busca da verdade dos fatos que compõe a lide (SILVA,1998).

Isso está respaldado pelo artigo 145 do CPC: “Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico e científico, o juiz será assistido por perito” (BRASIL,1973).

Nos casos em que a verificação dos fatos exige uma investigação minuciosa das causas e consequências, nem sempre o juiz, por mais culto que seja, detém conhecimentos técnicos especiais necessários para averiguar a questão, logo, a verificação e apreciação dos fatos far-se-á por meio da perícia. O perito é o sujeito ativo da perícia, aquele que faz a verificação dos fatos relativos à matéria em que é prático ou experimentado. Assim, o perito é uma pessoa que supre as insuficiências do juiz, “não o substitui, apenas auxilia, colabora na formação do material probatório, emitindo pareceres, para que o juiz, após o trabalho crítico devido, forme sua convicção sobre os fatos” (SANTOS, 2000).

O juiz tem poderes especiais, competindo-lhe (art. 426 do CPC):

I — indeferir quesitos impertinentes;

II — formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa (BRASIL, 1973).

“Na avaliação da prova se desenvolve o trabalho intelectual do juiz, é ele quem pesa e estima as provas” (SANTOS, 2000).

Segundo o princípio da persuasão racional, o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos (art.131 – CPC), visto que a prova pericial, materializada no laudo pericial, não tem caráter vinculante, obrigatório ao juiz. Este poderá formar a sua convicção com outros

elementos ou fatos provados nos autos. Porém, tem que indicar os motivos que lhe formaram o convencimento (BRASIL, 1973).

Santos (2000) afirma que o juiz é livre, posto que é “investigador da verdade”, e tira sua convicção das provas produzidas nos autos do processo, ponderando sobre a sua qualidade, e comenta ainda “o laudo pericial contém material sujeito a crítica e apreciação do juiz, não possuindo força para obrigá-lo a aceitar como indiscutíveis os fatos nele relatados ou como verdades as suas conclusões”.

A perícia é somente uma prova no processo e poderá ter seu pedido indeferido, conforme explicado no art. 130 da lei 5869/73:

Art. 130. “Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias” (BRASIL, 1973).

O art. 427 dispõe que “o juiz poderá dispensar a prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes”. O dispositivo é uma demonstração clara de que a Lei nº 8.455/92 objetivou simplificar a prova pericial, dispensando-a quando desnecessária, a critério do Juiz (BRASIL, 1992).

Logo, o juiz forma sua consciência com base nos fatos e circunstâncias constantes nos autos; não poderá dispensar as regras legais quanto à forma e à prova dos atos jurídicos; e, por fim, o juiz não poderá esquivar-se das regras de experiência, pode-se concluir, então, que a convicção do juiz está condicionada e por isso não será arbitrária, devendo ser fundamentada (SANTOS, 2000).

Mazzilli (2007) afirma que "As provas podem ser entendidas como a soma dos fatos produtores da convicção dentro do processo. Certos fatos independem de prova, tais como:

- a) os fatos axiomáticos (evidentes incontestáveis);
- b) fatos notórios (que são do conhecimento de todos);
- c) os fatos afirmados por uma parte e não contestados ou confessados pela parte contrária;

d) os fatos incontroversos;

e) as presunções legais."

De acordo com sua natureza, as provas podem ser materiais, documentais, periciais ou pessoais (confessionais, testemunhais ou decorrentes de interrogatório do acusado). Ao ser apresentada uma prova em juízo, a parte contrária tem o direito de se manifestar, podendo contrariá-la ou impugná-la. Todos têm o direito de apresentar as provas, requerê-las e produzi-las. O ônus da prova cabe àquele que fizer a alegação em juízo, a respeito da existência ou da inexistência de um fato (SALLUM, 2009).

"A perícia é um meio de prova disponível pela parte. Esta poderá requerê-la ou não ter interesse em produzi-la. Se requerê-la, há - em sentido oposto - a faculdade do juiz em rejeitá-la" (PRUNES, 1995).

2.7.2 Escolha do perito

O perito deve ser imparcial, ter idoneidade moral e irrepreensível comportamento ético, estando seus serviços a disposição do judiciário, porém a lei não determina como e quem deve ser o perito, mas apresenta os requisitos que servem de base para a escolha do juiz na lei 5869/73, seção II, art. 145:

"§ 1º Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, seção VII, deste Código."

"§ 2º Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos."

"§ 3º Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz" (BRASIL, 1973).

Perito é a pessoa a quem cabe realizar a perícia através de exames técnicos de sua especialidade ou competência, por meio dos quais, após cuidadoso exame e fiel transcrição técnica fará um relatório, laudo ou parecer, com

subsídios necessários ao esclarecimento de fatos de sua área de conhecimento, para colaborar com a solução de controvérsias nas esferas cabíveis, tais como, área cível, criminal, trabalhista ou até mesmo administrativa (MAZZILLI, 2007).

O perito é um auxiliar da justiça. "A relevância da função pericial, base da decisão, exige uma confiabilidade total do juiz na pessoa do experto" (CORDIOLI, 2001 apud MELLO, 2006).

Arbenz (1959) conceituou os peritos como "Pessoas entendidas e experimentadas em determinados assuntos e que, designados pela justiça, recebem a incumbência de ver e referir fatos de natureza permanente cujo esclarecimento é de interesse num processo."

"O perito é apenas e justamente o técnico, que irá interpretar para o juiz, fatos sobre os quais ele não tem conhecimento técnico, científico ou artístico suficientes. Se o magistrado possuí-los, poderá dispensar a prova pericial" (PRUNES, 1995).

Mazzilli (2007) destacou que há dois tipos de perito: o perito oficial e o não oficial. O perito oficial é aquele que exerce sua atividade por atribuição de cargo público e devem apresentar 3 pré-requisitos: formação universitária, conhecimento especializado e o ingresso nos quadros oficiais seguindo as normas de um concurso. Os não-oficiais são aqueles designados pela autoridade para suprirem a falta de peritos oficiais, ou para substituí-los, quando, por exemplo, estiverem estes impedidos ou impossibilitados de funcionar.

Há também os Nomeados ou Louvados, também chamado perito "ad hoc", que são todos experts em determinado assunto que não o sendo de ofício, é nomeado pela autoridade, para atuar como perito, em determinado caso (CARVALHO, 2008).

A reputação do perito é um fator importante na escolha do mesmo, aumentando as chances de futuras nomeações (FERREIRA et al., 2012). O perito saberá de sua nomeação por meio de intimação, e deve retirar em carga os autos do processo para estudo, sendo responsável por ele. Em seguida deve apresentar a proposta de honorários provisórios, feita mediante petição própria protocolada em cartório e em posse dela, o juiz abrirá vistas às partes (SANTANA, 1999).

Hoje com a tecnologia, muitos processos estão sendo digitalizados e grande parte desses procedimentos seria via computador.

Quando ele é intimado, todavia, pode se escusar-se do encargo, alegando motivo legítimo (Art. 146 - CPC), porém a escusa deverá ser apresentada dentro de 5 (cinco) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a alegá-la (art. 423 - CPC). Ao aceitar a escusa ou julgar procedente a impugnação do perito, o juiz nomeará um novo perito (BRASIL, 1973).

Em casos de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o art. 431-B relata que o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico (BRASIL, 1973).

2.7.3 Perito: Limitações e Responsabilidades

O perito, que é o sujeito ativo da perícia, exerce sua atividade no sentido de elucidar fatos em que é versado, pois determinados detalhes podem ser percebidos, com precisão, apenas por pessoas que possuam determinado conhecimento técnico ou científico.

Para desempenho integral nas perícias, o perito pode e deve utilizar-se de todos os meios técnicos necessários e disponíveis para solução técnica do seu trabalho, respaldado no art. 429 do CPC e com isso relatar e transcrever o que o juiz não consegue interpretar.

Art. 429 - "Para o desempenho de sua função, podem o perito e os assistentes técnicos utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças" (BRASIL, 1973).

Uma perícia desonesta ou tendenciosa, que distorce os fatos com intuito de beneficiar uma das partes, pode gerar uma decisão errada do juiz refletindo em danos a uma das partes e por isso foram imputadas penalidades para que haja

disciplina na condução do seu trabalho, sendo essas informadas nos art. 147 e 424 do CPC e art. 342 e 347 do Código Penal, abaixo descritos:

Art. 147 - O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficará inabilitado, por 2 (dois) anos, a funcionar em outras perícias e incorrerá na sanção que a lei penal estabelecer.

Art. 424 - O perito pode ser substituído quando:

I - carecer de conhecimento técnico ou científico;

II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.

Parágrafo único. No caso previsto no inciso II, o juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo (BRASIL, 1973).

Art. 342 - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

Art. 347 - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro (BRASIL, 1940).

Portanto, as responsabilidades atribuídas ao profissional enquanto perito são civil, penal, moral e social.

Após a nomeação do perito é fixado de imediato o prazo para a entrega do laudo (art. 421 – CPC). O juiz dá um prazo de 5 dias para manifestação das partes e apresentação de seus quesitos e indicações de seus assistentes técnicos, se houver (BRASIL, 1973).

De acordo com Eisele & Campos (2003):

O perito não é advogado de defesa, ou de acusação, ou funcionário do Ministério Público; não defende, nem acusa. Sua função limita-se a verificar o fato, *visumetrepertum*, indicando a causa que o motivou. Assim, no exercício de sua missão pode proceder a todas as indagações que julgar necessárias, devendo consignar, com imparcialidade exemplar, todas as circunstâncias, sejam ou não favoráveis ao acusado. Expondo sua opinião científica, o perito age livremente; é senhor da sua vontade, das suas convicções, não podendo ser coagido por ninguém, no sentido de chegar a conclusões preestabelecidas. Qualquer que seja a posição em que esteja o perito, oficial ou nomeado, seu compromisso com a VERDADE constitui-se em dever ético e obrigação.

Em relação às perícias médicas, deve-se agir com uniformidade de critérios. Manter-se isento não se deixando influenciar pela posição funcional do examinado (RODRIGUES FILHO et al., 2007).

Segundo Mazzilli (2007): "O perito deve ter conhecimentos adequados na área do exame solicitado, técnica apurada e alto senso ético".

2.7.4 Honorários Periciais

Há casos que o juiz determina o depósito prévio de determinada quantia para garantir os honorários periciais; o perito também pode requerê-la, fundamentando os gastos que se farão necessários (BRANDIMILLER, 1996).

Para se estimar o honorário para remuneração do trabalho do perito, devem ser considerados o tempo despendido e o custo de recursos materiais utilizados. Nos processos da justiça do trabalho os honorários periciais são pagos ao término do processo, ou seja, esgotados os recursos e transitada em julgado à sentença. Se o reclamante for o vencedor, os honorários serão pagos pela parte reclamada e vice-versa (SALLUM, 2009).

O dispositivo legal que rege o direito a remuneração dos peritos e assistentes se encontra no artigo 33 do CPC, abaixo exemplificado:

Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.

Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial, quando necessária (BRASIL, 1973).

O juiz pode arbitrar o valor para o trabalho do perito nomeado, é ele quem decide sobre os valores solicitados pelo mesmo, mas permite a manifestação das partes acerca desses, considerando o valor da causa e a justa remuneração do trabalho pericial (SANTANA, 1999).

Havendo discordância, cabe ao perito decidir sobre aceitar ou não o trabalho.

Já, com a concordância do mesmo, a petição será despachada, sendo informadas as partes o prazo para realizar o depósito.

Tendo seus honorários depositados, o perito retirará no cartório ou terá acesso online aos autos.

Independentemente do resultado alcançado pela prova técnica, o ônus referente ao pagamento dos honorários periciais é da parte vencida no pedido sobre o qual ela recaiu.

De acordo com Santana (1999), as etapas da realização dos trabalhos periciais são:

- Preliminar
- Execução

A fase preliminar é desde o momento do conhecimento da nomeação como perito, a retirada dos autos e sua análise, até o momento do pedido do requerimento de honorários ao juiz.

Já a fase de execução, depois de nomeado e definido seus honorários, tendo-os inclusive depositados, o perito retira os autos para fazer seu trabalho de composição do laudo, que deve ser claro, objetivo e coerente. Após a entrega do laudo, este é então colocado a disposição dos litigantes.

Pode-se então ser elaborado o laudo divergente, montado pelos assistentes técnicos nos casos em que há divergência parcial ou total do laudo oficial. Porém há casos de concordância total com o laudo do perito, sendo assim, o assistente técnico afirma essa informação em parecer pericial elaborado por ele.

Se o laudo não for aprovado, surge a necessidade de nova perícia e sua execução ou não caberá ao juiz decidir.

O juiz poderá determinar de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida (art. 437 do CPC), porém a segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar livremente o valor de uma e outra (art. 439 do CPC) (BRASIL, 1973).

Sallum (2009) explica que na perícia judicial é necessária a presença das partes na produção da prova pericial. Tanto o autor quanto o réu têm o direito de:

- Impugnar a nomeação do perito se este não possuir a devida qualificação profissional;
- Formular quesitos (perguntas) antes do início da perícia;
- Acompanhar a investigação pericial (coleta de informações, exames e vistorias) através de seu assistente técnico;
- Solicitar esclarecimentos técnicos ao perito e aos assistentes;
- Após a conclusão pericial: manifestar-se sobre o laudo pericial e os pareceres dos assistentes técnicos, questionarem os métodos periciais, impugnar as conclusões do trabalho pericial, requerer nova perícia e diligências não realizadas.

É muito importante destacar que a elaboração dos quesitos pelas partes é fundamental no despertar de questões ou omissões que direcionem o pensamento do juiz ao favorecimento do ponto de vista defendido no processo.

“Assim a parte interessada deverá usar toda sua diligência para dar aos quesitos um encadeamento lógico que se apresente como provocador de respostas úteis à sua causa” (PRUNES, 1995).

Na verdade, para elucidar as questões e obter a resposta que realmente se deseja do laudo pericial, os quesitos elaborados pelo juiz seriam fundamentais, pois o que ele pergunta, é o que ele desconhece e necessita na formulação de sua decisão.

Após a apresentação do laudo, os assistentes técnicos manifestam-se sobre este, através de pareceres, no período de dez dias (BRANDIMILLER, 1996).

As partes podem apreciar o trabalho pericial, impugnando-o ou concordando com as suas conclusões, e também podem requerer ao juiz:

- Explicações do perito sobre aspectos do laudo ou das respostas aos quesitos, formulando quesitos elucidativos;
- A complementação da perícia;
- O depoimento pessoal do perito e/ou dos assistentes na audiência;
- A realização de uma nova perícia;
- Que o perito se manifeste sobre crítica do assistente técnico (SALLUM, 2009).

2.7.5 Tipos de perícia

Ela pode ser civil, penal, trabalhista ou administrativa.

A perícia pode ser judicial ou extra judicial conforme o caso:

- Perícia judicial: quando determinada ou requisitada por autoridade. Nela é realizada o trabalho tendo como parâmetro os fatos que já se encontram em discussão no âmbito do processo;
- Perícia extra judicial: serviços contratados são oferecidos a entidades privadas e/ou as partes envolvidas no litígio. Há necessidade de opinião técnica especializada sobre um fato controverso (BRANDIMILLER, 1996).

A perícia judicial expressa-se pelas seguintes características:

- É realizada sob direção e autoridade do juiz, que pode deferir ou indeferir, se requisitada pelas partes, ou determinar por sua própria iniciativa;
- Permite a participação e a presença das partes na produção da perícia;
- Visa ao esclarecimento do juiz (BRANDIMILLER, 1996).

Mazzilli (2007) também relacionou as perícias ocupacionais de acordo com a natureza do exame pretendido, em exames diretos (relatórios) e em exames indiretos (pareceres e consultas).

- Direta: descrição técnica dos dados coletados pelo perito e na fundamentação de suas conclusões;
- Indireta: interpretar cientificamente os documentos ou outros exames.

Como exemplos de perícias indiretas temos as que são para reparação de dano ou para indenização de acidentes do trabalho ou doenças profissionais, e também sobre condições de insalubridade ou periculosidade.

A perícia pode ainda ser médica, contábil ou técnica. A perícia é técnica quando é realizada na esfera institucional/administrativa (BRANDIMILLER, 1996).

Brandimiller (1996) relatou também que: "a competência para a avaliação do dano pessoal por acidentes e doenças do trabalho é exclusiva do médico do trabalho".

A perícia médica verifica se há nexo causal entre o agravo e o trabalho e o grau de incapacidade (FARIAS, 2006).

A perícia médica, neste caso, investiga a pessoa e é composta dos seguintes procedimentos: diagnóstico, avaliação da perda funcional, avaliação da compatibilidade etiológica e classificação das lesões. No diagnóstico, a lesão é identificada, bem como a alteração funcional do órgão. O perito, ao avaliar a perda funcional, procura identificar a repercussão da capacidade laborativa na vida social do examinando. O perito deve também avaliar se existe ligação entre a lesão e as causas alegadas. Ao final, de acordo com as normas legais, o perito deverá classificar as lesões e alterações funcionais (RODRIGUES FILHO et al., 2007).

O médico perito deve ter provas do que está sendo relatado como fato. Muitas vezes, deverá concluir seu parecer sem levar em conta as informações prestadas pelo examinado. À primeira vista, tal afirmação pode soar conflitante, pois a relação médico/paciente é baseada em confiança mútua. Entretanto, o perito tem que ter em mente que o examinado não se trata de paciente e, sim, de servidor, que ali está em busca de algum ganho, que pode ser legítimo ou não. O perito precisa de provas da ocorrência da incapacidade laborativa. Não é suficiente que o servidor relate sintomas se estes não puderem ser respaldados clinicamente mediante exame físico ou complementar. Isto significa que 'a prova' tem que ser apresentada por quem busca o benefício. Logo, mais importante que atestar um diagnóstico, o perito tem que avaliar se o estado de saúde do funcionário permite a permanência do mesmo no trabalho ou exige o seu afastamento (RODRIGUES FILHO et al., 2007).

O perito deve conhecer o perfil profissiográfico do servidor e as atividades a que ele está exposto quando exerce seu cargo. Assim, poderá avaliar se o mesmo tem capacidade ou não para realizar estas funções, levando em consideração o estado de saúde apresentado no exame pericial e a análise das atividades do servidor.

Na caracterização da exposição aos fatores de risco, alguns elementos são importantes; por exemplo: a região anatômica exposta aos fatores de risco; a intensidade dos fatores de risco; a organização temporal da atividade (a duração do ciclo de trabalho, a distribuição das pausas ou a estrutura dos horários); o tempo de exposição aos fatores de risco (VANRELL, 2002).

Nas ações em que se pleiteia direito em relação às sequelas de doenças ocupacionais (indenização ou reintegração), o objetivo de se estudar o ambiente de trabalho é o de estabelecer o nexo causal entre a incapacidade e o trabalho. Entretanto, antes desse estudo, é preciso que o médico constate a incapacidade pela avaliação do dano pessoal. Nos processos judiciais, ao se estudar o risco em razão de seu efeito, a perícia ocupacional tem a finalidade de avaliar a proteção que é dispensada pelo empregador ao seu empregado (SALLUM, 2009).

"Conforme o fim que se destina, são diferentes os objetivos e a metodologia do trabalho pericial" (BRANDIMILLER, 1996).

Segundo a resolução 1488/98 do CFM (Conselho Federal de Medicina), o perito ocupacional deve considerar os seguintes aspectos para estabelecer o nexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador:

- Exames clínicos e complementares (quando necessários);
- As histórias clínica e ocupacional;
- O estudo do local do trabalho e sua organização;
- Os dados epidemiológicos atualizados;
- Identificação de riscos;
- Depoimentos e a experiência dos trabalhadores. (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1998).

Ao se analisar a relação de uma doença com o trabalho devem ser considerados diferentes e sucessivos nexos parciais: *nexo entre a atividade e a exposição ao risco*: exige que se demonstre que uma determinada atividade expõe o operador a determinado risco; *nexo causal entre o risco e a lesão*: deve-se demonstrar que um determinado risco causa uma determinada lesão; *nexo causal entre a lesão e a alteração funcional*: deve ser analisada a compatibilidade entre a lesão e a alteração funcional. O nexo entre a atividade e a exposição ao risco é verificado habitualmente pela observação direta da atividade, através da vistoria pericial do local de trabalho, que comporta duas averiguações: a da atividade que o segurado exerceu durante o período trabalhado e a averiguação da forma concreta como era realizada a atividade e o modo de exposição do trabalhador ao risco considerado (BRANDIMILLER, 1996).

Vanrell (2002) constatou que é mais difícil quando a queixa da perturbação é subjetiva, como, por exemplo, a ocorrência de uma dor, pois não há como mensurar a queixa e não há como quantificar a dor relatada. Na pesquisa de dor deve-se estar atento aos sinais objetivos sem alertar o examinado de que serão feitos ou da maneira como serão feitos.

Mazzilli (2007) constatou que o perito deve ter cautela em relação à declaração do examinado, pois há interesse do mesmo em influenciar o resultado da perícia.

De acordo com a OMS, simulação é “A produção intencional ou invenção de sintomas ou incapacidades tanto físicas quanto psicológicas, motivadas por estresse ou incentivos externos”, ou seja, há uma motivação consciente assim como uma produção consciente de sintomas: uma tentativa de engodo.

Na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde da OMS a simulação tem seu código próprio Z 76-5 (pessoa fingindo ser doente; simulação consciente; simulador com motivação óbvia). O periciado tem a pretensão de controlar o perito por meio de queixas inventadas conscientemente (OMS, 1997).

2.7.6 Assistente técnico

Assistente técnico é o profissional indicado pelas partes, cujo conhecimento irá auxiliá-las na garantia dos direitos sobre os fatos alegados. Ele é assessor da parte e fiscal do perito e é pago pela parte que o indicou e para ela trabalha, podendo apresentar uma crítica técnica (MONTEIRO, 1985).

No sistema processual civil brasileiro, há o perito, nomeado pelo juiz, e ao lado deste, existem os assistentes técnicos das partes. Muito embora a doutrina esclareça que os assistentes técnicos exerçam “funções idênticas às do perito” (SANTOS, 2000), a participação do assistente técnico garante que seja a produção da prova fiscalizada, dando-lhe maior segurança. Para a parte que indica o assistente técnico, garantir a sua participação na perícia significa não somente

defender os seus interesses de que a prova seja produzida de maneira imparcial, mas, principalmente, garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa.

De acordo com o art. 422 do CPC “Os assistentes técnicos são de confiança da parte, não sujeitos a impedimento ou suspeição” (BRASIL, 1973).

Para escolha do assistente técnico não há regras, porém caso ele não seja qualificado para examinar a matéria submetida à perícia, prejudicará apenas a parte que o contratou. Os pareceres críticos dos assistentes-técnicos das partes têm sido considerados parciais e tendenciosos, apresentados somente depois que o perito do juízo já fez suas conclusões. Eles têm pouca ou nenhuma influência na decisão judicial (GRECO, 2001/2002).

2.7.7 Laudo pericial: elaboração, redação e prazos

No vocabulário jurídico, “laudo pericial é a designação dada à peça escrita pelo perito, na qual faz relatório de sua perícia ou exame, respondendo aos quesitos formulados e dando as suas conclusões ou parecer” (SILVA, 1987), ou seja, é uma comunicação técnico-científica de natureza oficial. O objetivo do laudo é elucidar questões técnicas importantes não conhecidas pelo magistrado, sendo ele considerado um meio de prova no processo (PRUNES, 1995).

As qualidades mais relevantes para a redação pericial são: a concisão e a inteligibilidade dos aspectos técnicos tratados na perícia. “Um texto é conciso quando consegue transmitir o que pretende com um mínimo de palavras. Inversamente, o excesso de palavras caracteriza a prolixidade do texto” (BRANDIMILLER, 1996).

“As qualidades do laudo pericial devem torná-lo facilmente inteligível e atraente pela clareza e concisão” (BRANDIMILLER, 1996).

O relatório pericial é chamado de laudo quando é “redigido posteriormente pelo perito, pois se fosse ditado diretamente ao escrivão na presença de testemunhas chamar-se-á Auto” (SALES-PERES et al., 2007).

A preparação e elaboração do laudo são obrigações exclusivas do perito nomeado pelo magistrado, e o texto deve ser conciso e claro, preciso e objetivo, ter impessoalidade, formalidade e padronização. De acordo com Brandimiller (1996) o laudo pericial deve ter as seguintes características: clareza e inteligibilidade, precisão e objetividade evitando dupla interpretação ou ambigüidades, padrão culto da linguagem, impessoalidade e formalidade. Ele deve ser elaborado em 2 vias: uma original e uma cópia para ser protocolada pelo cartório da vara de direito.

Atualmente, o perito deve apresentar o seu laudo no prazo fixado pelo juiz, sendo que esse prazo de entrega é comunicado imediatamente com a nomeação do perito (art. 421 do CPC). Segundo o artigo 433 do CPC: "O perito apresentará o laudo em cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos vinte dias antes da audiência de instrução e julgamento". A prova pericial é anexada ao laudo pericial (BRASIL, 1973).

De acordo com o artigo 432 do CPC, se o perito não puder concluir seu trabalho dentro do prazo que lhe foi determinado, ele deve requerer ao juízo a prorrogação do prazo, por um tempo determinado e fundamentar o motivo de sua decisão: "Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz conceder-lhe-á, por uma vez, prorrogação, segundo o seu prudente arbítrio" (BRASIL, 1973).

O perito deve, entretanto, estar ciente das limitações de seu ofício, pois após o seu laudo pericial haverá o embate de críticas e argumentos. Cada uma das partes, na lide trabalhista, estará envolvida e buscarão elucidar fatos e provas que sustentem a sua posição no processo. Assim, o laudo pericial não é inquestionável, nem absoluto, sendo, portanto passível de receber apreciações contrárias durante o processo judicial (SALLUM, 2009).

2.7.8 Partes do laudo pericial

De acordo com Sales-Peres et al. (2007), ele é constituído de 7 partes:

1 – Preâmbulo

Nessa parte é informado:

- A identificação e qualificação do profissional que irá realizar a perícia;
- Qualificar a autoridade que requereu e determinou a perícia;
- Informar o examinando, a finalidade da perícia e o local, data e hora que foi realizada.

2 – Quesitos

Esses quesitos são formulados pelo requerente, pelo requerido e também pelo juízo. Podem ser feitos quantos questionamento acharem necessários, porém o juiz decide quais são pertinentes ao caso.

3 – Comemorativa

É o histórico de todas as informações, detalhes e circunstâncias capazes de esclarecer a perícia, colhidas do interessado e de terceiros.

4 – Descrição

Explicar os exames e técnicas empregadas pelo perito e todas as suas observações do caso.

5 – Discussão

Nessa fase, o perito abordará sua opinião e justificativas pautadas em referências, sobre os quesitos formulados e sobre o caso propriamente dito.

6 – Conclusão

Os peritos, baseados em sua descrição e discussão, vão sintetizar e dar o seu diagnóstico sobre os fatos controversos da perícia atendendo assim a sua finalidade.

As conclusões não podem ser em forma de julgamento, por exemplo, afirmar que o autor faz jus ao auxílio acidente, a indenização ou que a reclamação é improcedente, pois não cabe ao perito julgar a ação (BRANDIMILLER, 1996).

7 – Respostas aos quesitos

Serão respondidos todos os quesitos formulados de forma sucinta e clara.

Todos que participaram da atividade pericial devem assinar e datar o relatório pericial (SALES-PERES et al., 2007).

2.7.9 Cronologia Pericial

Em relação à produção da prova pericial, as partes requerem-na ao juiz. O autor deve requerê-la na petição inicial; o réu, na contestação. Deferida, passa-se à prática dos seguintes atos (BRASIL, 1973):

1º Ato: Nomeação do perito.

O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

2º Ato: Apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico pelas partes.

Prazo de 05 (cinco) dias contado da intimação do despacho de nomeação do perito.

3º Ato: Realização da perícia.

Vencido o prazo do § 1º do art. 421 do CPC, com ou sem a apresentação de quesitos, o juiz dará vista dos autos ao perito, para possibilitar a realização da perícia. A diligência, ou seja, a produção da perícia em um determinado lapso temporal, perdurará até a entrega do laudo pericial em cartório.

Art. 425 do CPC: "Poderão as partes apresentar, durante a diligência, quesitos suplementares, isto é, aqueles que irão complementar os quesitos iniciais. Só poderão fazê-lo quem elaborou os iniciais".

4º Ato: Entrega do laudo em cartório.

5º Ato: Entrega dos pareceres dos assistentes técnicos, no prazo comum de 10 dias, após a intimação da entrega do laudo pelo perito. É ato facultativo.

6º Ato: Quesitos de esclarecimentos; ato facultativo.

Quesitos de esclarecimentos são os elaborados pelas partes para obterem respostas, esclarecimentos sobre o laudo pericial. A parte requer ao juiz que mande intimar o perito e o assistente técnico para comparecerem à audiência, formulando desde logo as perguntas, sob forma de quesitos. O perito deve ser intimado, pelo menos, 05 (cinco) dias antes da audiência.

O perito é apenas um auxiliar da justiça. Não cabe a ele decidir os rumos do processo judicial nem mesmo atuar com subjetividade. O trabalho do perito, dentro do processo judicial não tem caráter absoluto, pois se assim fosse, estaria acima da decisão e das atribuições do magistrado (BRANDIMILLER, 1996).

3 Proposição

3 PROPOSIÇÃO

O presente estudo tem a proposta de analisar laudos de jurisprudências da justiça do trabalho visando determinar quão importante a perícia médica/odontológica tem sido para tomada de decisão pelo juiz.

4 Material e Métodos

4 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional, transversal, descritivo e analítico no qual foi realizado levantamento dos dados por meio de análise documental.

A metodologia de busca foi definida adaptando-se os critérios recomendados pela lista de checagem PRISMA (2009), utilizada para elaboração de estudos de revisão sistemática e meta análises, em razão da semelhança existente com nosso desenho de estudo. A busca de artigos e livros na literatura foi realizada através de bases de dados eletrônicas, tais como, Base de dados da Universidade de São Paulo - Dedalus (<http://www.usp.br/sibi>), Pubmed/MEDLINE (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/>) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (<http://www.teses.usp.br>).

A busca por ações trabalhistas foi realizada entre os meses de março a dezembro de 2014 pelo site <http://www.jusbrasil.com.br/>, que realiza a busca unificada em todos os tribunais do país, tornando esse estudo possível e abrangente.

Por se tratar de uma investigação na área trabalhista, selecionamos para pesquisa somente jurisprudências relativas ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), sendo esses últimos um total de 24 (Tabela 1).

O período pesquisado foi de 1996 a 2014 e utilizaram-se como palavras chaves infortúnio, doença do trabalho, acidente do trabalho e odontologia.

4.1 Critérios de elegibilidade

Os processos de ações trabalhistas encontrados foram avaliados e a seleção foi realizada utilizando-se os seguintes critérios de exclusão:

- Dissídios coletivos
- Ementas repetidas

Houve ementas repetidas pelo fato que um mesmo processo pode ter alteração de numeração de acordo com o tribunal para o qual é enviado.

Os dissídios coletivos foram removidos de nossa amostra de processos, pois são ações propostas à Justiça do trabalho por pessoas jurídicas (sindicatos, federações ou confederações de trabalhadores ou de empregadores) para solucionar questões que não puderam ser solucionadas pela negociação direta entre trabalhadores e empregadores, e esse não seria nosso foco de investigação.

Tabela 1 - TRT de cada Estado, por região

TRT	Estado
1ª região	RJ
2ª região	SP (capital)
3ª região	MG
4ª região	RS
5ª região	BA
6ª região	PE
7ª região	CE
8ª região	PA e AM
9ª região	PR
10ª região	DF e TO
11ª região	AM e RR
12ª região	SC
13ª região	PB
14ª região	RO e AC
15ª região	SP (interior)
16ª região	MA
17ª região	ES
18ª região	GO
19ª região	AL
20ª região	SE
21ª região	RN
22ª região	PI
23ª região	MT
24ª região	MS

4.2 Obtenção, tratamento e análise estatística dos dados

Para obtenção dos dados elaborou-se uma planilha em Excel em ordem cronológica e de cada processo foi retirado informações referentes às seguintes variáveis independentes:

- Gênero do requerente;
- Tribunal de origem;
- Cidade e Estado;
- Tipo de reparação de dano pedido no processo (moral, material, estético e emergente);
- Se houve indenização ou não;
- Dano sofrido e sua consequência;
- Motivo pelo qual houve o processo;
- Capacidade Laborativa: Limitação e Prognóstico;
- Nexô causal;
- Perícia realizada ou não;
- Tipo de perícia (contábil, médica ou técnica);
- Se a perícia foi de encontro com as alegações do réu;
- Classe profissional do requerente.

A classificação profissional foi baseada na tabela CNAE (Código Nacional de Atividades Econômicas), que padroniza os códigos dos setores de atividade econômica no país (BRASIL, 2015).

A variável “Perícia acatada pelo juiz” foi definida como dependente, uma vez que partimos da premissa de que a mesma reflete o impacto da perícia na decisão tomada pelo juiz.

Após tabulação, foi realizada a análise exploratória dos dados para decisão do tipo de estatística a ser adotada. Decidiu-se pela realização de estatística descritiva por meio de tabelas e gráficos seguida de análise da

associação das variáveis independentes com a variável dependente, realizada em duas fases.

Na primeira fase, foi realizada análise de associação univariada separadamente, ou seja, entre cada variável independente com a dependente, utilizando-se Teste Exato de Fisher. As variáveis independentes que atingiram um valor de $p < 0,20$ foram habilitadas para elaboração de modelo ajustado múltiplo com emprego de regressão logística múltipla, método backward, com intervalo de confiança de 95%, sendo que apenas as variáveis com valor de $p < 0,05$ foram mantidas no modelo ajustado final.

As análises da fase 1 e fase 2 foram realizadas com emprego do software MedCalc[®], versão 2015.

5 Resultados

5 RESULTADOS

Foram selecionados inicialmente 72 processos que continham as palavras chaves pesquisadas, porém utilizando-se os critérios de exclusão propostos na metodologia, foram eliminados 20 deles por ser dissídio coletivo e posteriormente 14 deles por serem ementas repetidas, ficando nossa seleção final com 38 processos, conforme se observa na figura 1 abaixo:

Figura 1 – Seleção da amostra

Os 38 processos avaliados englobavam todas as regiões do Brasil, sendo que a maioria deles se encontrava na região do TRT 10 - DF e TO (n=13), conforme se observa no gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos processos trabalhistas de acordo com o TRT

Do total de processos estudados, os requerentes femininos foram maioria com 55,26% (n=21), sendo 44,73% (n=17) do gênero masculino.

Gráfico 2 – Distribuição dos requerentes de acordo com sua classe profissional baseado na tabela de profissões CNAE

Serviço é a classe profissional envolvida em 41% (n=14) dos processos estudados, seguido pela Odontologia que representa 23% (n=8) das ocorrências, conforme observado no gráfico 2.

O principal motivo para que o processo ocorresse foi a reivindicação em relação à indenização, seguido pelos cálculos trabalhistas e a reintegração ao emprego, sendo comuns casos em que, no mesmo processo, houve mais de um pedido, conforme mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Natureza da reparação exigida pelos reclamantes

Os gráficos 4 e 5 mostram que em relação ao tipo de reparação solicitada, a maioria dos requerentes exigia dano moral (49%, n=33) e material (37%, n=25).

Gráfico 4 – Frequência do tipo de reparação exigida pelos reclamantes

Gráfico 5 – Número de pessoas e sua relação com o tipo de dano reclamado no processo

Apesar de requerida, somente 65,8% dos casos (n=25) alcançaram algum tipo de indenização, sendo a grande maioria concentrada aos requerentes da área de serviços, seguido pela indústria, conforme exemplificado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição percentual de indenizações segundo a área profissional

Observamos através do gráfico 7 que a área profissional dos requerentes das ações trabalhistas é bem variada em relação à região do país, porém a área de serviços está presente em todas elas, com destaque para região nordeste e norte. Já no sudeste a maioria dos casos foi na indústria.

Gráfico 7 - Distribuição do número de ações trabalhistas segundo a área profissional e região

Gráfico 8 – Distribuição do tipo de fato danoso segundo a região

Em relação às causas do dano sofrido ao requerente, a maioria dos casos da amostra (n=20; 52,7%) sofreu danos ergonômicos, seguido pelos acidentes (n=15; 39,5%), sendo ambos fatores presentes em todas as regiões do país, como mostra o gráfico 8.

Já os agentes físicos representaram 5,3% (n=2) da amostra e os agentes químicos apenas 2,5% (n=1).

Verificamos pelo gráfico 9, que de todos os casos, a DORT foi a consequência do dano sofrido mais freqüente nos processos (52,8%, n=19). Na variável “OUTROS” foram incluídos casos isolados (asma, infarto, entre outros), sendo 2 casos não computados pois houve a morte do trabalhador no acidente.

Gráfico 9 – Realização de perícias em relação ao dano sofrido

Em relação ao prognóstico, podemos classificar a perda em: perda permanente, tendo 100% de casos indenizados; perda temporária com 80% dos casos indenizados e sem perda, com 35% dos casos indenizados (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Prognóstico da capacidade laborativa x indenização

Gráfico 11 – Limitação da capacidade laborativa x indenização

O percentual de indenização aumenta conforme o agravamento do prognóstico e da limitação da capacidade laborativa ($p=0,0085$).

Já em relação à limitação (Gráfico 11), 36,8% do total de casos ($n=14$) não tiveram nenhuma perda e mesmo sem ter prejuízo, 35,7% ($n=5$) foram indenizados.

Houve nexos causal confirmado em 63,2% do total dos processos ($n=24$) e em relação ao gênero, a maioria dos casos em que houve nexos causal foi o masculino.

Do total de casos analisados, 88,9% dos casos foi realizada perícia ($n=32$). As perícias foram divididas em 3 tipos: técnica, médica e contábil, sendo a perícia médica a mais solicitada entre elas, conforme o gráfico 12:

Gráfico 12 - Distribuição dos tipos de perícia pelas regiões brasileiras

A frequência na realização de perícias difere de acordo com as regiões. Nas regiões sul, sudeste e nordeste, em todos os casos foram solicitados a perícia, enquanto na região norte, na maioria dos casos esse laudo não foi necessário (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Distribuição do número de perícias realizadas de acordo com a região

Gráfico 14 – Distribuição do número de perícias acatadas pelo juiz de acordo com a região.

As perícias realizadas nas regiões nordeste e norte foram em 100% dos casos acatadas pelo juiz em sua decisão (Gráfico 14).

Conforme mostra o gráfico 15, há 6,5 vezes mais chances de ter indenização quando a perícia é a favor do reclamante.

Gráfico 15 – Relação entre o resultado da perícia a favor do reclamante e indenização

Conforme mostra o gráfico 15, há 6,5 vezes mais chances de ter indenização quando a perícia é a favor do reclamante.

Dentre todas as variáveis estudadas, a variável dependente “Perícia atacada pelo juiz” veio de encontro com o objetivo principal de nosso estudo e por isso foi realizada a associação dela com todas as variáveis independentes pesquisadas, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 – Associação da variável “Perícia acatada pelo Juiz” com variáveis independentes

	Variáveis Independentes		Variável Dependente				
			Perícia acatada pelo juiz				
			Sim		Não		Valor de p*
			n	%	n	%	
1	Área	1 = Sul e Sudeste	12	80	3	20	1
		2 = Centro Oeste, Norte e Nordeste	12	75	4	25	
2	Gênero	Feminino	16	84	3	16	0,3838
		Masculino	8	67	4	33	
3	Classe Profissional	Outras	19	79	5	21	0,6417
		Odontologia	5	71	2	29	
4	Fato Danoso	Acidente	5	62	3	38	0,3345
		Outros	19	83	4	17	
5	Consequência do dano	DORT	18	86	3	14	0,1723**
		OUTROS	6	60	4	40	
6	Reclamação por Dano	Moral	19	73	7	27	0,3120
		Material	15	79	4	21	1
		Estético	2	50	2	50	0,21
		Emergente	1	50	1	50	0,40
7	Motivo da Ação Trabalhista	Reintegração	7	87	1	13	0,6417
		Indenização	18	72	7	28	0,2928
		Cálculo Trabalhista	14	87	2	13	0,2199
8	Tipo de Perícia	Contábil	3	75	1	25	1
		Médica	19	86	3	14	0,1504**
		Técnica	9	64	5	36	0,1975**
9	Limitação da Capacidade Laborativa	Sem Perda	9	75	3	25	1
		Parcial/Total	15	79	4	21	
10	Prognóstico da Capacidade Laborativa	Sem Perda	9	75	3	25	1
		Perda temporária/ Permanente	15	79	4	21	
11	Nexo Causal	Sim	13	72	5	28	0,6672
		Não	11	85	2	15	
12	Perícia favorável ao Reclamante	Sim	11	69	5	31	0,3944
		Não	13	87	2	13	
13	Indenização	Sim	15	79	4	21	1
		Não	9	75	3	25	

*Teste Exato de Fischer;

**Variáveis habilitadas para elaboração de modelo ajustado com emprego de regressão logística múltipla.

As variáveis “DORT como consequência do dano” (p= 0,1723), “Perícia do tipo médica/odontológica” (p=0,1504) e “Perícia do tipo Técnica” (p= 0,1975) foram

habilidades para elaboração de modelo ajustado com emprego de regressão logística múltipla, método backward, com intervalo de confiança de 95%.

Como se pode observar na tabela 3, as variáveis “Perícia do tipo Médica” (OR= 14,5319; IC 95%= 2,3263 a 90,7780) e “DORT como consequência do dano” (OR= 7,8989; IC 95%= 1,2755 a 48,9151) permaneceram no modelo ajustado final.

Tabela 3 - Modelo ajustado de regressão logística múltipla com variável dependente “Perícia acatada pelo juiz”

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	OddsRatio	Valor de p	IC 95%	
					Menor valor	Maior valor
Constante	-1,8863					
Perícia do tipo Médica/odontológica	2,67635	0,93473	14,5319	0,0042	2,3263	90,7780
DORT	2,06672	0,93029	7,8989	0,0263	1,2755	48,9151

Quando o dano sofrido envolve DORT, há 7,89 vezes mais chances de o juiz acatar a perícia.

A chance do juiz necessitar da perícia é 14 vezes maior quando esta é do tipo médica/odontológica.

A análise do modelo ajustado com emprego da Curva ROC revelou ser muito boa sua capacidade preditiva (AUC= 0,8661; SE= 0,06194; IC 95%= 0,7163 a 0,9545).

Gráfico 16 – Curva ROC para análise da capacidade preditiva do modelo de regressão logística. Variável dependente “Perícia Acatada pelo juiz”

6 Discussão

6 DISCUSSÃO

Optamos pela área trabalhista como alvo de nosso estudo. Há uma dificuldade muito grande em realizar estudos envolvendo essa área devido ao grande sigilo existente para consultar processos, sendo esse acesso permitido integralmente apenas ao reclamante e a parte reclamada e para realizar essa consulta deve-se ter o número do processo. Poucos são os processos abertos publicamente para a pesquisa online, sendo a sua busca individual praticamente impossível.

Apesar do número de jurisprudências selecionadas (n=38) ser considerado pequeno comparado às pesquisas em outras áreas do conhecimento, é muito importante frisar que utilizamos todo o universo online disponível nesse estudo e de larga abrangência, visto que todas as áreas do país estavam incluídas.

Várias informações foram retiradas desses processos movidos na Justiça do Trabalho para compreender o perfil do trabalhador que processa e suas condições de trabalho, apesar de não ser o objetivo principal de nosso projeto, esses dados serão importantes para investigações futuras.

Verificou-se que 52% dos processos se concentram no TRT 10 (DF e TO) e TRT 4 (RS). Há estados brasileiros que ainda não possuem TRT. Esses ficam sob a jurisdição do TRT de outro Estado, ou seja, as suas ações e recursos trabalhistas tramitam no TRT vizinho, que o abrange, como é o caso do TRT 10 (DF e TO).

Para a divisão das classes profissionais nos baseamos na tabela CNAE, que padroniza por códigos os setores de atividade econômica no país (BRASIL, 2015). O setor de serviços foi predominante, sendo exemplos de profissões englobadas: professora, bancário e operador de triagem e transbordo dos correios. Em seguida, com 23% a área de Odontologia, englobando processos de dentistas, THD e ASB. No comércio, profissões como assistente de vendas e operadora de telemarketing; na construção, pedreiro e pintor e na indústria todos os trabalhadores que nela atuam independente do tipo de categoria industrial.

Um processo trabalhista pode ter início por diversos motivos. Sallum (2009) afirma que na maior parte dos casos, as perícias judiciais decorrem de ações de empregados pleiteando adicional de salário e indenização. Essa informação vem de encontro com nosso estudo, visto que a indenização e os cálculos trabalhistas

também foram à maioria dos pedidos. Houve também pedidos de reintegração ao trabalho, sendo que a maioria dos processos tiveram mais de uma solicitação.

Estabelecidos o nexo de causalidade entre a doença desencadeada em decorrência da atividade desenvolvida, e a culpa do empregador, especialmente em razão de inobservância das normas de saúde e segurança do trabalho é devida a indenização (BUONO NETO e BUONO, 1995).

Legalmente as empresas não precisam de justificativa para demitir o empregado, porém se essa demissão ocorre e o funcionário tem estabilidade no emprego, como nos casos das gestantes ou em casos de acidente de trabalho, ele tem o direito de pedir a reintegração ao trabalho, sendo anulado a rescisão contratual e ele volta a exercer suas atividades com todos os seus direitos garantidos, conforme o art 495 da CLT (BRASIL, 1943):

“Art. 495. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.”

Apesar de solicitados no processo, pouco mais da metade ganharam algum tipo de indenização (65%). Isso pode ter como causa pedidos não fundamentados em provas, pois o código civil, art. 927 (BRASIL, 1992), relata que a obrigação reparatória existe se por ato ilícito, se cause dano à bem jurídico de outrem e para se reparar, por exemplo, em casos de pedidos de dano moral, três requisitos deveram ser analisados: (1) dano, ou seja, o fato lesivo originador do dano; (2) nexo causal entre a conduta do empregador ou seus prepostos; (3) culpa.

Entretanto, a análise dessa informação também pode ser vista de outro modo, pois se o empregador seguir o disposto no art. 157 da CLT (BRASIL, 1943), que afirma a obrigação do empregador em “cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho”, sendo o mesmo responsável pelo meio ambiente do trabalho, pode-se afirmar que o zelo pela higidez e segurança no local de trabalho tem aumentado nas empresas. São necessários maiores estudos para verificar essas hipóteses.

A região sudeste se destacou com processos na área da indústria, fato esse esperado, pois São Paulo tem o maior parque industrial do país. Ações trabalhistas cuja área profissional é serviços estavam presentes em todas as regiões

do país, o que poderia ser explicado pelo fato desses profissionais serem frente de trabalho, executores sujeitos a acidentes com maior frequência.

Em relação às causas do dano sofrido ao requerente, classificamos as ocorrências conforme preconizado pelo PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) descrito na NR 9 (Brasil, 1943). A maioria da amostra sofreu danos ergonômicos e acidentes, mas casos de danos por agentes químicos e físicos também foram relatados.

Seriam agentes físicos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes e radiações não ionizantes e agentes químicos: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, absorvidos pelo organismo humano por via respiratória, através da pele ou por ingestão. Em relação ao risco biológico não foi registrado nenhum caso (SILVA; MARTINS, 2009).

Dentre as causas ergonômicas, a DORT foi o dano sofrido mais freqüente nos processos. Casos de LER/DORT foram os mais vistos também por Silva, Lima e Lorenzo (2011).

A causa principal de DORT é o meio ambiente do trabalho inadequado com desempenho de tarefas repetitivas ou trabalho em condições anti-ergonômicas, tais como posturas inadequadas, jornadas de trabalho prolongadas e com ritmo excessivo, levantamento de peso ou esforço físico intenso (SILVA; MARTINS, 2009).

Em todos os casos que tiveram como consequência do dano a DORT e problemas na audição foram realizados perícia ($P= 0,02$), mostrando a importância da perícia para auxílio na composição da sentença em casos de saúde, no qual o domínio do magistrado é limitado. Quando o dano sofrido envolve DORT, há 7,89 vezes mais chances do juiz acatar a perícia.

A perícia foi realizada em 89% dos casos da amostra, sendo que a perícia médica se destacou, independente da região do país.

A região Norte foi a menos freqüente nos pedidos de perícia, porém as perícias realizadas nas regiões nordeste e norte foram em 100% dos casos acatadas pelo juiz em sua decisão, sendo que a região centro-oeste em 40% dos processos a perícia não foi fundamental para a decisão do juiz. Essa informação vem de encontro com o trabalho de Silva, Lima e Lorenzo (2011), que pesquisaram

exclusivamente o TRT5 (Bahia), e em todas as sentenças analisadas, o juiz posicionou-se conforme a perícia realizada.

Santana (1999) verificou em sua pesquisa que foi considerada relevante a utilização do laudo na sentença emitida pelo juiz (84%), sendo que desse total, apenas 52% dos juízes consideraram muito relevante a utilização da perícia contábil na emissão da sentença. Já 16% não utilizaram o laudo para formar seu convencimento.

Após a análise de todos os documentos do processo, o juiz forma o seu convencimento e este pode ser contrário ao laudo pericial. Às vezes a perícia é inútil, não afetando a solução do litígio, porém ela pode ser decisiva no julgamento se o juiz se embasar nela (PRUNES, 1995).

No trabalho de Ferreira et al. (2012), 55% dos juízes consideram que o laudo pericial apresentado pelo perito tem clareza, objetividade e precisão, proporcionando segurança para a decisão da sentença. Percebemos que apesar do laudo ser solicitado, muitas vezes ele não fornece as informações que o juiz espera para sanar suas dúvidas. Seria interessante maiores pesquisas para verificar porque essas informações nem sempre são satisfatórias e completas para o juiz e quais características o laudo deveria possuir para ter relevância no processo em julgamento.

Contudo, é inevitável perceber que o fato do juiz necessitar da perícia é 14 vezes maior quando esta é do tipo médica/odontológica, realça a importância desse tipo de prova em um processo trabalhista.

7 Conclusão

7 Conclusão

7 CONCLUSÃO

A perícia médica/odontológica possui alta relevância em ações trabalhistas, caracterizando-se como uma prova fundamental para a tomada de decisão pelos magistrados.

Referências

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, J. M. de. **O processo criminal brasileiro**, v. 1, 4. ed., Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1959.

ARAUJO, E. T. de. **Perícia médica**. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, [2015?]. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/biblioteca_virtual/des_etica/24.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ARBENZ, G. **Introdução à Odontologia Legal**. São Paulo, 1959. 248p.

BECCARIA, C. B. M. de. **Dos Delitos e das Penas**, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDIMILLER, P. A. **Perícia Judicial em acidentes e doenças do trabalho**. São Paulo: Editora SENAC, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1973.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm>.

Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1991. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 8.455, DE 24 DE AGOSTO DE 1992**. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, referentes à prova pericial. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1992.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8455.htm>.

Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional nº45, de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm>.

Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico. Seção IV – Acidentes do Trabalho**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/secao-iv-acidentes-do-trabalho-texto/>>.

Acesso em: 03 jun. 2015.

BRASIL. Poder Judiciário Federal. Tribunal Superior do Trabalho. **Acórdão AIRR 1175000420085170004**. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA.

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PRESCRIÇÃO. DOENÇA OCUPACIONAL. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. VALOR ARBITRADO. HONORÁRIOS PERICIAIS. DESPROVIMENTO. Brasília, 2014. Disponível em: <http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/121592763/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-1175000420085170004/inteiro-teor-121592782>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Comissão Nacional de Classificação. **CNAE - Subclasses 2.0**. Brasília, DF: Comissão Nacional de Classificação, 2015. Disponível em: http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE-SUBCLASSES%202.0>. Acesso em: 03 jun. 2015.

BUONO NETO, A.; BUONO, E. A. **Perícia e Processo Trabalhista**. Curitiba: Ed. Gênese, 2. ed., 1995, 284p.

CARVALHO, E. S. **A importância da perícia odontológica na saúde do trabalhador com LER/DORT**. 2008. Monografia (Especialização em Odontologia do Trabalho). Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal. Brasília, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1488/98**. Dispõe de normas específicas para médicos que atendam o trabalhador. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1998/1488_1998.htm>. Acesso em: 02 jun. 2015.

CORDIOLI, C. **A autonomia da perícia oficial no Brasil**. 2001. apud MELLO, P. B. (org.). **Odontologia do trabalho: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Livraria e Ed. Rubio, 2006.

COUTO, R. C. **Perícias em Medicina & Odontologia Legal**. Rio de Janeiro: Ed. Medbook, 2011. 654p.

EISELE R. L., CAMPOS M. L. **Manual de medicina forense e odontologia legal**. 2003. 322 p.

FARIAS, J. C. **Verificação do grau de conhecimento do cirurgião-dentista da região de Ji-Paraná sobre as atribuições do cirurgião-dentista do trabalho.** 2006. 59 p. Dissertação (Mestrado em Odontologia Legal e Deontologia). Piracicaba: Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

FERREIRA et al. Qualidade do laudo pericial contábil trabalhista: percepção dos magistrados das varas trabalhistas do Recife. **ReCont: Registro Contábil**, v. 3, n. 3, 2012.

FRANÇA, G. V. de. **Medicina Legal**. 9. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2012.

FURLAN, P. A. C. S. **Doenças Ocupacionais e suas consequências jurídicas.** 2007. 148 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdades Integradas Curitiba.

GRECO, L. A prova no processo civil: do código de 1973 ao novo código civil. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 5/6, p. 93-123, 2001/2002.

JUSBRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MARCELLO LIMA SOCIEDADE E ADVOGADOS. **Nexo causal no acidente do trabalho:** causalidade como pressuposto da indenização. Rio de Janeiro, [201-?]. Disponível em:<http://www.mladvogadosassoc.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=28>. Acesso em: 02 jun. 2015.

MARTINS, S. P. **Direito da Seguridade Social**. 11. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZILLI, L. E. N. **Odontologia do Trabalho**. São Paulo: Ed. Santos, 2. ed. 2007. 221p.

MELO, R. S. de. **Responsabilidade objetiva e inversão da prova nos acidentes de trabalho**. Campinas: Âmbito Jurídico, 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=984>.

Acesso em: 02 jun. 2015.

MIDORIKAWA, E. T. **A Odontologia em saúde do trabalhador como uma nova especialidade profissional: definição do campo de atuação de cirurgião-dentista na equipe de saúde do trabalhador**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de odontologia da USP, 2000.

MONTEIRO, S. **Da prova pericial**. 1. ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, vol. I e II, p. 279-280, 1985.

OLIVEIRA, S. G. de. **Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador**. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: LTr, 2002.

OLIVEIRA, S. G. de. **Indenização por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 5. ed. rev., ampl., atual. São Paulo: LTr, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10a rev., v. 1 e 2. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997.

PEREIRA, D. de M. **Aspectos históricos e atuais da perícia médico legal e suas possibilidades de evolução**. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

PRISMA. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses. 2009. Disponível em: <www.prisma-statement.org>. Acesso em: 02 jun. 2015.

PRUNES, J. L. F. **A prova pericial no processo trabalhista**. 2. ed., São Paulo: LTr, 1995. 300p.

ROBINSON, C. A. **Danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho. Alteração do prazo prescricional em prejuízo da vítima.** Campinas: Âmbito Jurídico, 2009. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6579&revista_caderno=25>. Acesso em: 02 jun. 2015.

RODRIGUES FILHO, et al. (Coord.) **Perícia médica.** Goiânia: Conselho Federal de Medicina, 2007. 480 p. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/regional/crmgo/arquivos/Livro_pericia_medica.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.

ROJAS, N. **Medicina Legal.** 4. ed., atual. Buenos Aires: El Ateneo, 1950. 667p.

SALES-PERES et al. **Peritos e perícias em odontologia**, Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, v. 19, n. 3, set./dez., p. 320-324, 2007.

SALLUM, C. S. **Perícias odontológicas ocupacionais; na esfera judicial e a responsabilidade de consolidar a visão preventiva em infortunistica:** atribuições do cirurgião dentista do trabalho. 2009. 178 p. Monografia (Especialização em Odontologia do Trabalho) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, 2009

SANTANA, C. M. S. de. **A perícia contábil e sua contribuição na sentença judicial:** um estudo exploratório. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06102004-161123/>>. Acesso em: 2015-03-06.

SANTOS, M. A. **Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**, vol. IV: arts. 332-475. Rio de Janeiro: Forense, 1988, p. 306.

SANTOS, M. A. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**, v. 2, 21. ed., Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SCHILLING, R. S. F. **More effective prevention in occupational health practice.** Journal of the Society of Occupational Medicine, v. 39, n. 3, p. 71-79, 1984.

SILVA, A. A. G. **A perícia forense no Brasil.** 2010. 125 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) - Universidade de São Paulo, Escola Politécnica, São Paulo.

SILVA, A. C. M. **A prova pericial.** In: Revista Brasileira de Contabilidade, n. 113, set./nov., 1998, p. 33.

SILVA, D. P. **Vocabulário Jurídico.** v. 1, 10. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SILVA, E. da; MARTINS, I. **Odontologia do Trabalho:** Construção e Conhecimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio Ltda, 2009. 250p.

SILVA, N. E. M. da; LIMA, M. A. G. de; LORENZO, C. F. G. **Sentença trabalhista: bases racionais das decisões judiciais nos casos de Acidente de trabalho.** Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 35, n.1, p.65-82, jan./mar. 2011.

TORNAGHI, H. **Instituições de Processo Penal,** v. IV, 2. ed., São Paulo: Saraiva, 1978.

VANRELL, J. P. **Odontologia legal e antropologia forense.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 365p.

World Health Organization. **International classification of functioning, disability and health.** Geneva: World Health Organization; 2001.

WÜNSCH FILHO, V. **Reestruturação produtiva e acidentes de trabalho no Brasil: estrutura e tendências.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, jan./mar., v. 15, n. 1, p. 41-51, 1999.

Apêndices

 APÊNDICE A - Lista dos números dos processos da amostra

Data	Número do Processo
29/04/96	0085100-19.1994.5.04.0026
28/01/04	00496-2002-004-24-00-6
03/06/05	4800-21.2003.5.03.0111
10/03/06	00252-2005-011-10-00-0
04/05/06	02254-2000-023-05-00-7
06/09/06	00163.2006.009.13.00-2
16/03/07	00969-2005-019-10-00-3
23/03/07	01060.2006.004.19.00-5
17/08/07	00090-2005-021-10-00-8
20/02/08	0020600-37.2005.5.05.0023
28/03/08	00426-2007-004-10-00-9
04/04/08	00403-2007-821-10-00-5
26/06/08	01619-2007-003-18-00-7
23/09/08	00396.2008.003.14.00
01/10/08	00373.2008.111.14.00
28/11/08	0040800-85.2006.5.05.0005
15/01/09	00177-2007-383-04-00-0
06/02/09	179/2007-084-03-40.1
06/03/09	00860-2007-011-10-00-7
27/03/09	10071/2005-012-09-00.4
13/05/09	01997-2006-030-04-00-9
15/05/09	1328200446202003
27/11/09	552/2006-003-19-40.1
19/05/10	0107400-17.2007.5.04.0382
11/06/10	4839200608402003
10/06/11	2171940722003509
02/09/11	00611-2010-005-10-00-5
09/09/11	00531-2010-008-10-00-9
11/11/11	00844-2009-103-10-00-0
27/01/12	00410-2010-012-10-00-6
22/06/12	00464-2011-019-10-00-7
19/09/12	0055200-23.2009.5.04.0201
25/10/12	0000307-17.2011.5.04.0103
09/11/12	01381-2011-021-10-00-1
19/12/13	01504-2011-821-10-00-0
14/03/14	25399003120085090651
03/04/14	0000133-68.2012.5.04.0201
25/04/14	1175000420085170004

APÊNDICE B – Regressão Logística

Dependent Y	DEPENDENTE__ACAT_JUIZ DEPENDENTE - ACAT JUIZ
Method	Backward
Enter variable if P<	0,05
Remove variable if P>	0,1
Sample size	38
Positive cases ^a	24 (63,16%)
Negative cases ^b	14 (36,84%)

^a DEPENDENTE__ACAT_JUIZ = 1^b DEPENDENTE__ACAT_JUIZ = 0

Overall Model Fit

Null model - 2 Log Likelihood	50,016
Full model -2 Log Likelihood	31,683
Chi-squared	18,334
DF	2
Significance level	P = 0,0001

Coefficients and Standard Errors

Variable	Coefficient	Std. Error	P
médica_n=1	2,67635	0,93473	0,0042
DORT="S"	2,06672	0,93029	0,0263
Constant	-1,8863		
Variables not included in the model			
técnica_n=1			

Odds Ratios and 95% Confidence Intervals

Variable	Odds ratio	95% CI
médica_n=1	14,5319	2,3263 to 90,7780
DORT="S"	7,8989	1,2755 to 48,9151

Hosmer & Lemeshow test

Chi-squared	0,1202
DF	2
Significance level	P = 0,9417

Contingency table for Hosmer & Lemeshow test [Hide]

Group	Y=0		Y=1		Total
	Observed	Expected	Observed	Expected	
1	8	7,815	1	1,185	9
2	3	3,185	4	3,815	7
3	2	2,185	5	4,815	7
4	1	0,815	14	14,185	15

Classification table (cut-off value $p=0,5$)

Actual group	Predicted group		Percent correct
	0	1	
Y = 0	8	6	57,14%
Y = 1	1	23	95,83%
Percent of cases correctly classified			81,58%

ROC curve analysis

Area under the ROC curve (AUC)	0,866
Standard Error	0,0638
95% Confidence interval	0,716 to 0,954

APÊNDICE C – Curva ROC

Variable	LOGREGR_Pred2
Classification variable	DEPENDENTE__ACAT_JUIZ DEPENDENTE - ACAT JUIZ
Sample size	38
Positive group ^a	24 (63,16%)
Negative group ^b	14 (36,84%)

^a DEPENDENTE__ACAT_JUIZ = 1

^b DEPENDENTE__ACAT_JUIZ = 0

Disease prevalence (%)	unknown
------------------------	---------

Area under the ROC curve (AUC)

Area under the ROC curve (AUC)	0,866
Standard Error ^a	0,0619
95% Confidence interval ^b	0,716 to 0,954
z statistic	5,910
Significance level P (Area=0.5)	<0,0001

^a DeLong et al., 1988

^b Binomial exact

Youden index

Youden index J	0,5774
Associated criterion	>0,545
Sensitivity	79,17
Specificity	78,57

Summary Table

Estimated specificity at fixed sensitivity			
Sensitivity	Specificity	95% CI ^a	Criterion
80,00	77,50	44,68 to 94,14	>0,5243
90,00	64,64	33,85 to 86,43	>0,2763
95,00	58,21	30,00 to 82,86	>0,1523
97,50	57,14	25,16 to 78,86	>0,1317
99,00	57,14	24,41 to 78,98	>0,1317
Estimated sensitivity at fixed specificity			

Specificity	Sensitivity	95% CI ^a	Criterion
80,00	77,08	37,92 to 94,17	>0,5593
90,00	62,50	18,96 to 88,00	>0,6593
95,00	40,83	7,58 to 75,42	>0,7652
97,50	20,42	0,00 to 0,00	>0,8554
99,00	8,17	0,00 to 0,00	>0,9096

^a BC_a bootstrap confidence interval (1000 iterations; random number seed: 978).

Criterion values and coordinates of the ROC curve [Hide]

Criterion	Sensitivity	95% CI	Specificity	95% CI	+LR	-LR
≥0,1317	100,00	85,8 - 100,0	0,00	0,0 - 23,2	1,00	
>0,1317	95,83	78,9 - 99,9	57,14	28,9 - 82,3	2,24	0,073
>0,545	79,17	57,8 - 92,9	78,57	49,2 - 95,3	3,69	0,27
>0,6879	58,33	36,6 - 77,9	92,86	66,1 - 99,8	8,17	0,45
>0,9457	0,00	0,0 - 14,2	100,00	76,8 - 100,0		1,00